



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

**DETERMINAÇÕES E EXPRESSÕES DO TRABALHO INFANTIL EM
MARIANA-MG NO PERÍODO 2016-2019**

Lílian da Silva Cunha

Mariana – MG

2021



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Lílian da Silva Cunha

**DETERMINAÇÕES E EXPRESSÕES DO TRABALHO INFANTIL EM
MARIANA-MG NO PERÍODO 2016-2019**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Marlon Garcia da Silva

Mariana – MG

2021



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO
PRETOREITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lilian da Silva Cunha

Determinações e expressões do trabalho infantil em Mariana-MG no período 2016-2019

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 24 de agosto de 2021.

Membros da banca

Dr. Marlon Garcia da Silva - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Cláudio Horst - Universidade Federal de Ouro Preto
Ms. Vanderlei Martini - Universidade Federal de Ouro Preto

Marlon Garcia da Silva, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 04/09/2021



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Garcia da Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 04/09/2021, às 08:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0217798** e o código CRC **1B04AB2E**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.009312/2021-17
0217798

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG,
CEP 35400-000 Telefone: - www.ufop.br

SEI nº

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo amor incondicional. A vocês minha eterna gratidão.

Aos meus filhos Lorryne Abreu e Charles Abreu que sempre torceram pelo meu sucesso.

Aos amigos/as que conquistei durante a vida acadêmica, que sempre estiveram presentes me apoiando e incentivando a seguir em frente, a vocês minha gratidão e carinho.

Aos meus amigos/as, que sempre se fizeram presentes e sempre me apoiaram.

Aos professores/as do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto.

Em especial ao professor Dr. Marlon Garcia da Silva, por ter aceitado ser o meu orientador pela paciência e compreensão durante toda jornada.

Aos professores Dr. Claudio Horst e Ms. Vanderlei Martini por ter aceitado o convite para participarda banca examinadora deste trabalho.

Enfim, a todos/as que contribuíram para a concretização deste trabalho, meu muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social tem como objetivo investigar as Determinações e Expressões do Trabalho Infantil em Mariana-MG no período de 2016-2019, foi realizada pesquisa bibliográfica, mediante a utilização de instrumentos como fichas de leitura e análise, produção de esquemas, resumos e sínteses. Foi realizada também pesquisa de campo mediante realização de entrevistas semiestruturadas, dirigidas a atores da rede de proteção da Criança e do Adolescente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os Fundamentos do modo de produção capitalista-MPC e as Determinações e Expressões de Trabalho Infantil em Mariana - no período 2016-2019. O material e os dados coletados foram organizados, tabulados, sistematizados, apresentados em tabela, analisados, categorizados e discutidos em articulação com as aquisições da pesquisa bibliográfica. Foram produzidas sínteses das determinações do objeto, em processos de aproximação e elucidação do mesmo.

Palavras-Chave: Serviço Social, Crianças e adolescentes, capitalismo, questão social, trabalho infantil.

ABSTRACT

This course completion work in Social Work aims to investigate the Determinations and Expressions of Child Labor in Mariana-MG in the period 2016-2019, a bibliographical research was carried out, using instruments such as reading and analysis sheets, production of schemes, summaries and summaries. Field research was also carried out through semi-structured interviews, aimed at actors of the Child and Adolescent protection network, a bibliographical survey was carried out on the Fundamentals of the capitalist mode of production-MPC and the Determinations and Expressions of Child Labor in Mariana - in the period 2016-2019. The material and data collected were organized, tabulated, systematized, presented in a table, analyzed, categorized and discussed in conjunction with the acquisitions of the bibliographic research. Syntheses of the determinations of the object were produced, in processes of approximation and elucidation of it.

Keywords: Social Work, Children and adolescents, Capitalism, Social Question, Child Labor.

LISTA DE TABELAS

Tabela-1	Identificação dos entrevistados por sexo/gênero (pág.39)
Tabela-2	Identificação dos entrevistados por escolaridade (pág.39/40)
Tabela-3	Identificação dos entrevistados por área de formação (pág.40)
Tabela-4	Identificação dos entrevistados por área de atuação (pág.41/42)
Tabela-5	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Quantitativo de situações (pág.42/43)
Tabela-6	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016 -2019 em Mariana-MG – Distribuição por sexo (pág.44)
Tabela-7	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Distribuição por grupos etários (pág.45)
Tabela-8	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Perfil de classe social (pág.46)
Tabela-9	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Perfil étnico-raciais (pág.47/48)
Tabela-10	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG –Perfil de gênero dos/as adultos/as arrimo de família (pág.48/49)
Tabela -11	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Perfil da renda per capita (pág.49/50)
Tabela -12	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Ocupações e atividades econômicas principais realizadas pelos adultos dos grupos familiares (pág.51/52)
Tabela -13	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Grau de escolaridade dos adultos dos grupos familiares (pág.52/53)
Tabela -14	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Territórios/bairros de maior incidência (pág.53/54)
Tabela -15	Determinações e expressões do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Principais formas de trabalho infantil (pág.55/56)
Tabela -16	Determinações e expressões do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG Principais causas ou determinações de trabalho infantil (pág.57/58)
Tabela -17	Determinações e expressões do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG Correlação entre o aumento de casos de trabalho infantil e o rompimento da Barragem de Fundão (pág.58/59)
Tabela -18	Determinações e expressões do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Principais consequências identificadas (pág.60)

Tabela -19	Determinações e expressões do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Piores formas de trabalho infantil (pág.61/62)
Tabela -20	Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Procedimentos e encaminhamentos realizados pelos atores da rede de atendimento e proteção à infância (pág.62/63)
Tabela -21	Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Políticas municipais específicas (pág.64/65)
Tabela -22	Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Participação das famílias/membros nos serviços, programas e projetos sociais (pág.66/67)
Tabela -23	Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Influência do pensamento conservador (pág.67/68)
Tabela -24	Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Impacto de capacitações profissionais sobre os atores da rede de atendimento e proteção à infância (pág.68/69)
Tabela -25	Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Impacto das contradições e antagonismos entre classes sociais sobre as situações de trabalho infantil (pág.70/71)
Tabela -26	Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Correlação entre a pandemia da COVID-19 e a incidência trabalho infantil (pág.72)
Tabela -27	Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Correlação entre a pandemia da COVID-19 e ações de combate ao trabalho infantil (pág.73/74)
Tabela -28	Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Principais forma de resposta e enfrentamento (pág.75/76)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1- FUNDAMENTOS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA-MPC	11
1.1. Mais-valia, Acumulação Capitalista e expressões da questão social	11
1.2. Capitalismo monopolista, imperialismo e a cena contemporânea.....	14
1.3. Capitalismo monopolista, capitalismo dependente e extrativismo minerário	17
CAPÍTULO 2 - DETERMINAÇÕES E EXPRESSÕES DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL/ MARIANA-MG NO PERÍODO 2016-2019	21
2.1. Aproximações à realidade do trabalho infantil no Brasil – 2016-2019	21
2.2. Determinações e expressões de Trabalho Infantil em Mariana- no período 2016-2019: tabelas e sistematização de dados	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	777
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho foi apreender as determinações e expressões principais do fenômeno do trabalho infantil no município de Mariana-MG no período 2016-2019 com o intuito específico de identificar as principais formas de incidência (ou tipo de atividades) de trabalho infantil no município de Mariana-MG, as principais localidades de incidência, identificar o perfil das crianças e adolescentes submetidos à situação de trabalho infantil, situação socioeconômica familiar, incidência de TIP (piores formas e trabalho infantil), jornadas de trabalho, identificar a participação em serviços, programas e projetos sociais, acesso a benefícios sociais governamentais, refletir e discutir formas de enfrentamentos da problemática.

A escolha pelo tema em destaque se deu em virtude da urgência em compreender como os impactos históricos das estruturas produtivas das mineradoras sobre a força de trabalho incluída as condições de vida na infância, no município de Mariana-MG, no interior de amplo conjunto de fenômenos como o rompimento de barragem, força de trabalho em migração flutuante, superexploração da força de trabalho, incapacidades do poder público de lidar com as repercussões econômicas e sociais da mineração sobre o município, tudo isso parece concorrer e convergir também para as formas de precarização da vida na infância, e no que se refere à exploração do trabalho infantil nessa fase da vida ocasionando a violação dos direitos destas “pessoas em situação peculiar de desenvolvimento” (ECA) - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pesquisa atual realizada por empresa contratada a partir de processos de pactuação entre poder público e minerador em Mariana-MG atesta incidência de trabalho infantil no município. Não obstante essa constatação, o relatório desta pesquisa revela muitos limites na apreensão da realidade do trabalho infantil o que foi constatado em conversas preliminares com atores da rede, Coordenação de Serviço Especializado de Assistência Social, Conselheiras Tutelares/os, Assistentes Sociais, entre outras/os, onde essa subestimação e suficiência foram claramente identificadas e atestadas.

Assim, percebemos que há escassez de resposta pública e documental relacionada à questão do trabalho infantil no município, o que coloca o desafio e a urgência de aproximação da realidade do objeto.

Deste modo, foi realizada revisão bibliográfica/revisão de literatura, mediante a utilização de instrumentos como fichas de leitura e análise, produção de esquemas, resumos e sínteses. Foi realizada também pesquisa de campo mediante realização de entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental com o PNAD Contínuo. Foram encaminhados no início de julho a meados de agosto vinte e sete questionários de forma individual para os entrevistados sendo que deste total dezenove retornaram. Os critérios utilizados nas entrevistas foram a identificação dos atores da rede de proteção da Criança e do Adolescente que estão diretamente ligados a atendimentos, identificação e coletas de dados nomeadamente: Coordenação e Profissionais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Assistente Social da Vigilância Socioassistencial do município, Conselheiras/os Tutelares, Profissionais da Saúde (Postos de Saúde) e da Educação (Escolas) de territórios com identificação prévia de incidência de trabalho infantil. Para realização do trabalho foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A pesquisa proposta tem caráter qualitativo, observa o disposto nas resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde, foi submetida e aprovada na Plataforma Brasil do Conselho Nacional de Saúde e no Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP.

O tema deste estudo é fundamental, antes de tudo, para explicitar as condições de vida da infância na realidade pesquisada, favorecendo o enfrentamento dessas situações, sendo, portanto, importante também para o SUAS (Sistema Único de assistência Social), Conselho Tutelar, CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) CREAS (Centro de Referência da assistência Social), a toda comunidade em geral, aos profissionais do Serviço Social atuantes no município, considerando o papel desta profissão na garantia dos direitos essenciais à construção da cidadania, e os benefícios são, nesse sentido, as potencializações das reflexões e da elaboração de respostas e práticas ao fenômeno defrontado.

Para cumprir o objeto proposto por este trabalho organizamos o texto em dois capítulos. No primeiro capítulo abordaremos os Fundamentos do MPC: mais-valia e acumulação capitalista e expressões da questão social, capitalismo monopolista, imperialismo e a cena contemporânea, capitalismo monopolista, capitalismo dependente e extrativismo minerário buscando compreender e analisar em termos mais gerais os impactos do capitalismo na vida da sociedade. No segundo capítulo, discutiremos as determinações e expressões do trabalho Infantil no Brasil/Mariana-MG no período 2016-2019 aproximando da realidade do trabalho

infantil no Brasil -2016-2019 e as determinações e expressões de trabalho infantil em Mariana - no período 2016-2019: tabelas e sistematizações de dados.

O material e os dados coletados foram organizados, tabulados, sistematizados, apresentados em tabela, analisados, categorizados e discutidos em articulação com as aquisições da pesquisa bibliográfica. Foram produzidas sínteses das determinações do objeto, em processos de aproximação e elucidação do mesmo.

CAPÍTULO 1- FUNDAMENTOS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA-MPC

1.1. Mais-valia, Acumulação Capitalista e expressões da questão social

Em suas considerações sobre os processos de produção e reprodução econômicos, Marx afirma:

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer, periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerando em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução (Marx, 1984, I,2, p. 153).

Podemos dizer que a acumulação capitalista se expressa especificamente nas formas de organização da economia na sociedade burguesa, onde é necessário estabelecer e manter o domínio da exploração da força de trabalho para a produção de mercadorias (unidade de valor de uso e valor), de mais valia e de capital. É importante destacar, conforme menciona Marx, que nessas relações a produção de mercadorias e de mais valia é necessária à manutenção e à rotação do sistema econômico e da vida social, ou seja, é um processo, um movimento que não pode ser interrompido.

Marx considera que

O processo de produção capitalista reproduz [...], mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e o capacita constantemente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. [...] o processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz, por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado. (MARX ,1984, I,2, p.161)

O movimento do capital, nas relações $D - M - D'$, consiste na transformação do capital monetário em capital produtivo, no qual, com o dinheiro, o capitalista compra mercadorias de determinados gêneros, os meios de produção e a força de trabalho, constituindo a grande indústria capitalista, onde a natureza será transformada na produção de mercadorias, de valores novos. Todo esse processo acontece a partir da exploração da força de trabalho, da produção e da extração de mais-valia, de trabalho excedente, explorado, não pago, ou seja, de capital.

O acúmulo de capital por parte dos possuidores dos meios de produção acontece, pois, a partir da expropriação de trabalho excedente ao longo do processo produtivo. Ocorre que, em algumas horas de trabalho dispendidas na produção de mercadorias o trabalhador é capaz de produzir o valor que recebe como salário (o que Marx chama de “trabalho necessário”), porém neste contexto da exploração capitalista o trabalhador precisa trabalhar mais horas, ao longo do estabelecido como jornada de trabalho (o que Marx chama de “trabalho excedente”). É exatamente nesse período de tempo que se extrai a produção de um valor excedente. Assim o capitalista obtém um maior valor (ou mais-valia), que se conclui no momento da venda dessas mercadorias, uma vez que se completa o ciclo de produção e circulação.

É sobre essas bases que ocorrerá a reprodução ampliada do capital, ou seja, a reconversão de mais-valia em capital, o que vai formando a acumulação capitalista. Historicamente, os capitalistas, apropriam-se o máximo da exploração da força de trabalho, da mais-valia, ampliando a jornada de trabalho, aprimorando meios de produção, remunerando a força de trabalho com valores e salários mais baixos do que o mínimo necessário para a sua reprodução, dentre outras formas. Esses processos geram desigualdade social, miséria, pobreza extrema, entre outras situações dramáticas para a classe trabalhadora, e podem ser expressos pela lei geral da acumulação capitalista, de acordo com a qual

uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto (MARX, 2013, p.721).

É importante insistir aqui que a sociedade capitalista, não pode existir sem exploração e a desigualdade de classes, mas movimenta-se sempre a partir desses elementos e contradições

fundamentais e os coloca e reconfigura em várias formas de relações sociais (MARX & ENGELS,1999). O objetivo do capitalismo é somente a mais valia e o lucro que vão refletir diretamente na acumulação e concentração de riquezas por parte dos capitalistas, dos proprietários privados dos meios de produção.

As tendências de concentração e centralização são constantes no desenvolvimento do capital. A concentração é a necessidade do aumento do capital em função de uma nova acumulação, ou seja, o capitalista precisa reinvestir no processo produtivo para acumular cada vez mais.

Eis por que a tendência do capital, em seu movimento, é de concentrar-se: cada vez mais capital é necessário para produzir mais mais-valia. Essa tendência de concentração do capital faz com que os grandes capitalistas acumulem uma massa de capital cada vez maior (MARX, BRAZ, p.140)

A concentração e centralização ocorrem tanto no âmbito industrial quanto nos setores bancários e comerciais. Com a concentração de riquezas nas mãos de uma pequena parcela de capitalistas, os capitais maiores passam a absorver os pequenos e médios capitais. A concentração não desaparece, mas entra em cena o processo de centralização.

Os movimentos da acumulação capitalista, da concentração e centralização de capital, estão na base da formação dos monopólios, do capitalismo monopolista e do imperialismo.

A reprodução ampliada do capital causa enormes impactos na vida dos trabalhadores, tendo como principal consequência, o exército industrial de reserva, onde os capitalistas aproveitam para baixar o salário, fazendo com que os trabalhadores sujeitem a péssimas condições de trabalho, intensificando a exploração do trabalho.

Nessa linha de argumentação, a “questão social” está diretamente relacionada à contradição entre capital e trabalho, está fundamentada na questão estruturante e decorrente desse sistema de produção. São expressões da “questão social” decorrente do modo de produção capitalista: o desemprego, a fome, a mendicância, a miséria etc., sendo esses os reflexos da concentração de riqueza e acumulação do capital. (NETTO & BRAZ,2009).

Cabe destacar aqui, numa aproximação ao nosso objeto de pesquisa, que o capitalismo sempre empregou crianças e adolescentes nesses processos de exploração da força de trabalho, e esse sistema econômico não só empregou diretamente força de trabalho infantil na produção econômica, na produção direta de mais-valia, mas também sempre empregou essa força de trabalho em muitas atividades econômicas e sociais reprodutivas do sistema. Portanto, encontramos aqui uma *determinação geral, principal, do fenômeno do trabalho infantil*.

Importante mencionar ainda que nesse modo de produção e na sociabilidade aí implicada, temos um tipo determinado de Estado, já não mais dito Estado absolutista da era feudal, mas sim o chamado Estado moderno, burguês, com posicionamento de classe (MARX; ENGELS, 1999).

Esse Estado atua, com seus poderes, na garantia da reprodução social, da ordem e do movimento do capital, da acumulação capitalista, ampliando cada vez mais suas funções interventivas diretas e indiretas, na economia e nas várias demandas que vão surgindo, como aquelas demandas da reprodução da classe trabalhadora empregada e desempregada no capitalismo, e nas demandas que vêm a partir das referidas “expressões da questão social”.

1.2. Capitalismo monopolista, imperialismo e a cena contemporânea

Podemos dizer que o capitalismo monopolista se constitui como uma fase específica do capitalismo, sendo que ao longo do século XIX ocorrem no norte do mundo os movimentos da produção e reprodução ampliada de capital, ou seja, acumulação capitalista. Durante esse período, nesses lugares, tem-se a fase concorrencial do capitalismo, nesse momento muitos capitalistas vão dar início ao seu empreendimento, numa grande concorrência entre si. Nesse processo fundamental de produção de mais-valia e reprodução ampliada vai acontecer a concentração, a centralização e a monopolização de capital. Nas últimas décadas do século XIX entra numa fase histórica específica, onde o capital sai da fase concorrencial e entra na fase monopolista, o que vai se identificar como a fase imperialista.

O capitalismo monopolista, compreende três fases na história da humanidade sendo elas: a fase clássica que corresponde ao período de (1890-1940); a fase pós-guerra (1945-1970) e o capitalismo contemporâneo que teve seu início nos anos de 1970.

No período do imperialismo clássico, uma forma de maximizar a acumulação de capital ocorre através da exportação do capital monopolista acumulado na Europa, nos países do norte do mundo, a outros continentes e nações periféricas do sistema, como a América Latina e o

Brasil. Com isso as nações imperialistas ampliaram seus domínios de produção e acumulação, com suas burguesias monopolistas empregando capital em terras estrangeiras, extraindo suas riquezas, explorando fontes de recursos naturais e força de trabalho da população subordinada.

Essas grandes empresas do capital se tornam, assim, transnacionais e passam a ter o controle de um mercado muito grande de determinados produtos, setores e ramos produtivos. Serão elas que determinarão os preços e irão possuir a melhor tecnologia para a produção, o que torna impossível aos países subordinados e de capitalismo dependente competir com esses setores imperialistas. Por essas vias, os interesses e disputas imperialistas desencadearão também do século XX duas violentas e grandes Guerras Mundiais.

Nos chamados “anos dourados” do capitalismo monopolista, que ganham força no pós-segunda guerra em alguns países imperialistas europeus, o crescimento econômico e as taxas de lucros mantiveram-se em expansão, sobre as bases do chamado taylorismo-fordismo, o que ocorreu até aproximadamente a segunda metade dos anos sessenta. Porém, a partir desses anos as taxas de lucro, rapidamente começaram a decair, e o crescimento econômico reduziu. Num contexto em que haviam vetores sociopolíticos de importância, no qual a pressão organizada dos trabalhadores era bastante forte.

Em 1974-1975 registra-se então uma recessão generalizada, envolvendo todas as grandes potências imperialistas. Em 1980-1982 as crises voltam a serem dominantes, as taxas de lucro voltam a cair ainda mais.

Marcado por um cenário de crise estrutural do capital, evidenciado pela queda dos padrões de acumulação e, conseqüentemente, das taxas de lucros, o capitalismo monopolista ou imperialista recorreu a algumas estratégias para recuperar seus patamares elevados de acumulação.

Nessas estratégias, é emblemático o ataque ao movimento sindical, quando se esgotam nesses países o padrão de acumulação de tipo taylorista-fordista, quando avançam os processos da chamada acumulação flexível, que

[...] se apoia na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1993, p.140)

A produção taylorista-fordista é substituída por um tipo diferenciado de produção, que se destina a mercados específicos e procura romper com a estandardização, buscando atender variabilidades culturais e regionais. O capital lança-se num movimento de desconcentração industrial, intensificando o deslocamento de partes das estruturas de capital para novos territórios que sofrerão novas formas de subordinação, onde a exploração de recursos e de força de trabalho podem ser ainda mais intensas. O capitalismo monopolista, nessa fase de acumulação, diferentemente da organização do trabalho taylorista-fordista, requer dos trabalhadores uma formação qualificada e polivalente.

Estas determinações contemporâneas recaem de modo negativo sobre toda a classe trabalhadora. Pois muitas dessas atividades laborativas são desqualificadas, de forma a empregar uma força de trabalho que pode ser substituída a qualquer momento.

Nesses lugares do capitalismo monopolista, parte pequena da população e da força de trabalho encontra-se extremamente qualificada, e em geral consegue o mínimo de segurança no emprego, enquanto a maioria dos trabalhadores evidenciam a precarização do trabalho.

Nesse capitalismo contemporâneo, o mercado de trabalho foi substantivamente alterado: com a reestruturação produtiva, a maior parte dos trabalhadores muitas vezes está vinculada mediante a terceirização dos serviços, e submetidos à condição de trabalho precarizadas, sem direitos trabalhistas, em alta rotatividade, com salários baixos e garantias diminuídas ou inexistentes etc.

Assim, na fase contemporânea do estágio imperialista, a estratégia do capital impactou fortemente na vida dos trabalhadores em geral. O capitalismo contemporâneo tem transformado o desemprego maciço em fenômeno permanente e crescente, o exército industrial de reserva¹ torna irreversível. É importante destacar que, uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo é o acirramento da contradição capital x trabalho e o crescimento das expressões da “questão social”, que continua sendo naturalizada, acrescida da criminalização do pauperismo e dos pobres.

A precarização e a “informalização” da força de trabalho trouxeram de volta formas de exploração de trabalho, aumento das jornadas, salário diferenciado para homens e mulheres,

¹Exército industrial de reserva se refere ao desemprego estrutural das economias capitalista, correspondente à força de trabalho que excede as necessidades da produção.

trabalho semi-escravo ou escravo e ao final o século XX a lei geral da acumulação capitalista mostra seu efeito implacável. Aqui, mais uma vez, nos deparamos com as determinações gerais e mais fundamentais do fenômeno do trabalho infantil na contemporaneidade.

O neoliberalismo, como uma outra estratégia de que o capital lança mão para enfrentar a crise, para buscar restaurar e maximizar sua acumulação, legitima a necessidade de um Estado mínimo que reduz os gastos sociais e desestrutura os movimentos trabalhistas, tendo como consequência, o desemprego, baixos salários, aumento das desigualdades sociais e dependência do capital internacional. O que vem acontecendo no capitalismo contemporâneo é a superacumulação da taxa de lucros gerando ganhos da mais-valia global, garantindo grande crescimento do capital fictício. Outra ideologia do Estado neoliberal é a retirada cada vez mais da proteção social dos trabalhadores e a privatização.

Outro ponto é que na medida em que o capitalismo se desenvolveu, nesses centros imperialistas, um segmento de capitalistas passou a viver exclusivamente do capital financeiro, rentista, muitas vezes especulativo e descolado da realidade das estruturas produtivas, gerando capital fictício e mais crises.

É importante considerar e estudar todos esses movimentos históricos e contemporâneos do capitalismo monopolista e do imperialismo no norte do mundo para compreender como eles invadem, se fazem presente e violentam a história da América Latina e do Brasil, numa história que vai do colonialismo ao capitalismo dependente, onde crises, acumulação capitalista, contradição capital x trabalho, expressões da “questão social”, são realidades particulares e muito mais duras.

1.3. Capitalismo monopolista, capitalismo dependente e extrativismo minerário

Para adentrar as particularidades do capitalismo na América Latina e no Brasil, e para discutir como as expressões da questão social, entre elas, o trabalho infantil, se manifestam nessa realidade, apresentaremos brevemente a teses de alguns autores latino-americanos.

O autor argentino Jose Seoani, no seu texto “Neoliberalismo y ofensiva extractivista – actualidad de la acumulación por despojo, desafios de Nuestra América”, faz uma importante incursão pelo processo da formação sócio histórica do continente, dando ênfase para as várias formas violentas de extrativismo que atravessam a nossa história. Por outro lado, ele vai se embasar nas categorias contemporâneas ligadas a crítica da economia política, destacando as

forças atuais do neoliberalismo, da financeirização, e da própria reestruturação produtiva na particularidade latino-americana, fazendo conexões importantes entre imperialismo e capitalismo na América Latina.

Ele fornece, assim, alguma entrada importante para se entender por exemplo a indústria capitalista da mineração, o que é de grande interesse no presente estudo. Ele aponta as continuidades e descontinuidades do extrativismo na América Latina, discutindo as categorias da espoliação, da despossessão e da expropriação.

No caso da América Latina, historicamente, essa categoria do extrativismo aparece fortemente, sendo ela uma categoria estruturante, do colonialismo ao capitalismo dependente. As formas de espoliação, despossessão e da expropriação na América Latina são fortemente extrativistas, incidindo muito sobre essa dinâmica de uma economia da produção de bens primários, bens naturais, gêneros alimentícios, chamadas “commodities”.

Seoani faz uma ampla referência sobre a história do período colonial, avançando em suas análises para as especificidades das formas contemporâneas do extrativismo nas últimas décadas do século XX e adentrando ao século XXI. Quando ele discute nomeando de forças e as lógicas socioeconômicas desses processos de espoliação, despossessão, expropriação, e extrativismo na América Latina, o mesmo demarca os avanços do capital sobre os bens da natureza, demonstrando a ofensiva extrativista e os rebatimentos diversos, econômicos, sociais e políticos que o extrativismo traz para a vida social, para vida dos povos Latino Americanos.

Ao fazer um destaque e mencionar o quantitativo de minerais, Seoani vai dizer que durante séculos esses vem abastecendo o mercantilismo, a formação do próprio capitalismo na Europa, o saqueio de riquezas naturais e ainda vai dizer que toda essa estrutura colonial está ligada a monocultura extensiva e ao extrativismo dentro de uma sociedade colonial que tem como base o trabalho escravo.

Ao destacar todas essas dinâmicas como o saqueio da riqueza, o genocídio dos povos originários, uma dominação imposta também no plano simbólico e cultural, nessas “memórias” do extrativismo, nesse sentido de espoliação, despossessão, expropriação, o autor vai falar que as formas históricas da relação dominação-dependência não vão ser superadas, mas elas vão ser repostas, elas reaparecem, com novos traços.

Conforme o autor, as décadas de 1930 a 1960 na América Latina, representa certos avanços que acontecem nesse âmbito industrial, nesses processos de industrialização, processos

capitalistas, esses avanços vão ser heterogêneos na América Latina, Brasil, Argentina, México e Chile. Contudo esses avanços têm uma heterogeneidade relativa da industrialização e são avanços heteronômicos, ou seja, subordinados aos centros heterogênicos imperialistas, ou seja, a subordinação ao grande capital monopolista vai ser um traço também nessas sociedades.

De acordo com o autor, nos anos de 1970 houve o esgotamento da dinâmica de expansão econômica nos centros monopolistas-imperialistas no pós-guerra, quando, como já visto no capítulo anterior, entra em cena o neoliberalismo, o que repercute também sobre a realidade latino-americana enquanto nos anos de 1980 e 1990 na América Latina são anos de desindustrialização e juntamente com essa desindustrialização acontece toda uma reprimarização econômica. Seoani discute a recolonização, a dinâmica do neoliberalismo e de desindustrialização, ele vai dizer que tudo isso está ligado a bases do nosso modelo econômico, extrativista exportador, que ganha, com o neoliberalismo do capitalismo contemporâneo, características ainda mais violentas. É quando, por exemplo, a Companhia Vale do Rio Doce é privatizada.

No capitalismo dependente, entre os anos 2000, 2003 e 2008 de acordo com o autor, houve um curto período de desenvolvimentismo capitalista, que está acentuado também nesse modelo extrativista, ligado a produção de commodities, exportador, no Brasil, que coincide com o período do Governo Lula.

Em sentido um pouco mais amplo, na América Latina esse modelo extrativista neoliberal coincide também com um conjunto de governos relativamente progressistas, desenvolvimentistas no plano econômico e reformistas no plano político. Para o autor, esse curto período do desenvolvimentismo se dá numa estrutura muito limitada em bases tendo uma referência principal o modelo extrativismo exportador.

Seoani vai citar algumas referências como Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo, para trazer essa categoria da expropriação, tentando mostrar suas relações com a despossessão e a espoliação. O autor tem em vista a presença e a força de processos que não são tipicamente processos de produção e expropriação diretamente de mais-valia, mas processos violentos diversos, que também acumulam e concentram capital como, por exemplo, a já citada privatização que expropria uma empresa pública e coloca ela nas mãos do capital. Podemos considerar que aqui também entra, por exemplo, rompimento de barragens, como as de Fundão, em Mariana-MG, e a da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, que além causar centenas

de mortes expropria dos povos os seus territórios, rios, a natureza. Além de muitos exemplos nesse mesmo sentido pelo Brasil afora.

Assim, ele destaca o avanço da mercantilização e da capitalização sobre o que ele vai chamar de bem comum natural imprescindível na reprodução da vida humana, vai discutir essa dimensão do extrativismo ligado a commodities que são mercadorias de baixo valor agregado, e com alto grau de exploração da força de trabalho.

No período contemporâneo, com a ofensiva neoliberal, surgem novas transformações desde o extrativismo e avanços por outros campos, o autor vai falar do agronegócio, plantações, cereais, sementes, mutações genéticas, mineração a céu aberto, turismo de luxo internacional etc., ele ainda vai citar os conflitos socioambientais, vai discutir essa contradição, considerando também as resistências.

Ele vai ainda, mencionar e defender uma certa razão política emancipatória, contra o neoliberalismo e financeirização, mostrando as contradições estruturais, da crise global em 2008, ele vai destacar todo aprofundamento do modelo extrativista na América Latina, iniciando pelo constantemente crescimento do investimento do estrangeiro direto especialmente nessa atividade primária, e ainda mostra os dados dos avanços da mineração e do agronegócio, citando empresa principais. Ele traz dados que dão um panorama do imperialismo de como esses investidores estrangeiros direto e muito ligado a esses setores primários da economia como, petróleo, gás e mineração.

Conforme o autor, desde a conquista e a colonização ibérica, já são mais de cinco séculos de extração massivas de bens naturais na América Latina para o mercado mundial ainda de forma concentrada e desigual. A riqueza mineral extraída e exportada representa uma grande proporção, conforme Gian Carlo Delgado (2010), os metais preciosos representavam uma proporção enorme de transferência de riqueza à Europa do século XVI ao século XIX.

De acordo com Seoani a mineração transnacional, o extrativismo está presente na contemporaneidade no final do século XX entrando para o século XXI onde essas grandes corporações que tomam do extrativismo principalmente da mineração dentro da América Latina, essa dinâmica do capital de produção de acumulação de capital de concentração as fusões do imperialismo no sentido mais diretamente econômico, mostrando presença do Canada, dos EUA e Inglaterra de grande capital transnacional, expropriando dentro dessa dinâmica extrativista, de bens primários, de commodities, de minérios dentro da América Latina.

Com essa breve análise das teses de Seoani nos aproximamos da realidade latino-americana, brasileira, sendo que as teses do autor são importantes para a compreensão da realidade do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, da Região dos Inconfidentes, e do município de Mariana-MG. Sabemos que essa primeira aproximação é muito importante, permitindo visualizar criticamente algumas determinações fundamentais das expressões da “questão social” e, dentre elas, o trabalho infantil.

CAPÍTULO 2 - DETERMINAÇÕES E EXPRESSÕES DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL/ MARIANA-MG NO PERÍODO 2016-2019

2.1. Aproximações à realidade do trabalho infantil no Brasil – 2016-2019

Por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua referente ao período 2016-2019, o Instituto de Geografia e Estatística - IBGE coletou um importante conjunto de dados sobre o trabalho infantil nos anos iniciais na vida das crianças e dos adolescentes no Brasil, que apresentaremos neste tópico do nosso estudo².

No ano de 2020, esses dados e informações foram consolidados a partir da referida PNAD, dando visibilidade à realidade do trabalho infantil no país, apresentando um conjunto de “atividades econômicas e de autoconsumo, escolares e domésticas, desenvolvidas por crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos de idade”.

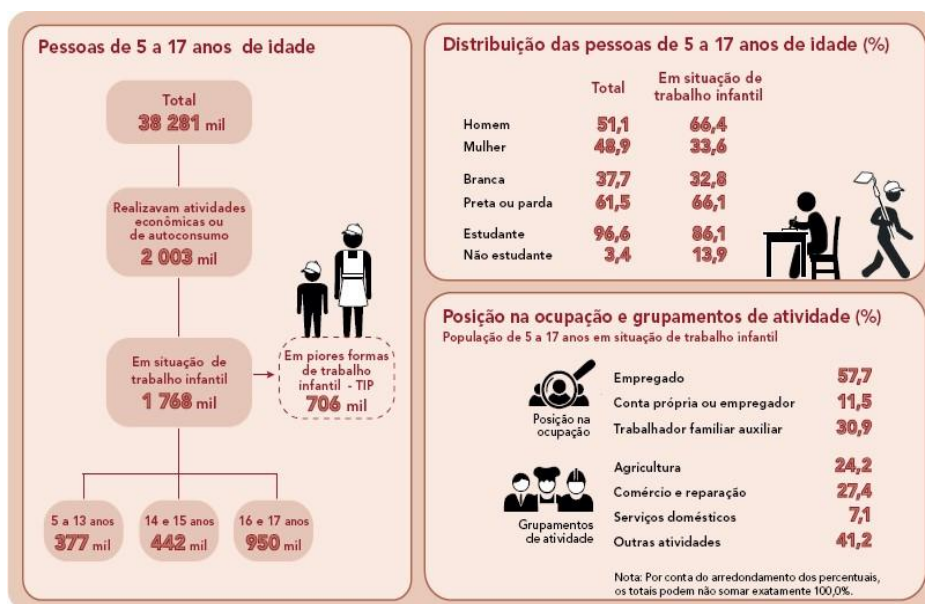
²A PNAD contínua “visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação etc.), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares. Tem como unidade de investigação o domicílio. A PNAD Contínua foi implantada, experimentalmente, em outubro de 2011 e, a partir de janeiro de 2012, em caráter definitivo, em todo o Território Nacional. Sua amostra foi planejada de modo a produzir resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais, Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina, e Municípios das Capitais. Desde sua implantação, a pesquisa, gradualmente, vem ampliando os indicadores investigados e divulgados”. Entre os temas e tópicos pesquisados está o trabalho de crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>

A PNAD Contínua apresenta em cinco tópicos os resultados da pesquisa correspondente a 2016 - 2019 conforme se vê a seguir.

O 1º tópico da pesquisa mostra o “contingente da população de 5 a 17 anos de idade e total de crianças e adolescentes no Brasil que realizavam atividade econômica ou de autoconsumo”.

Os dados da pesquisa apontam um total de 38,3 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos de idade no país, dos quais mais de 2 milhões realizando atividades econômicas ou de autoconsumo. Destas, 1 milhão 768 mil estavam em situação de trabalho infantil, das quais 706 mil estavam submetidas às piores formas de trabalho infantil, um percentual, portanto, extremamente alto e expressivo.

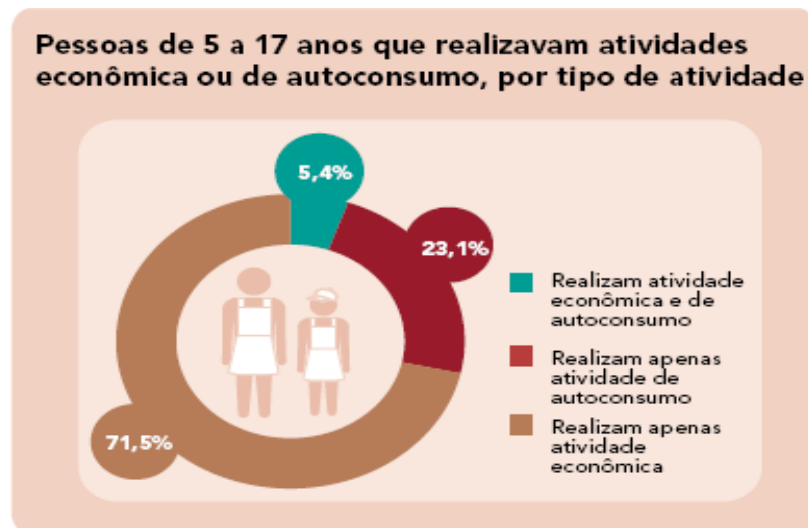
Conforme se vê no quadro abaixo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

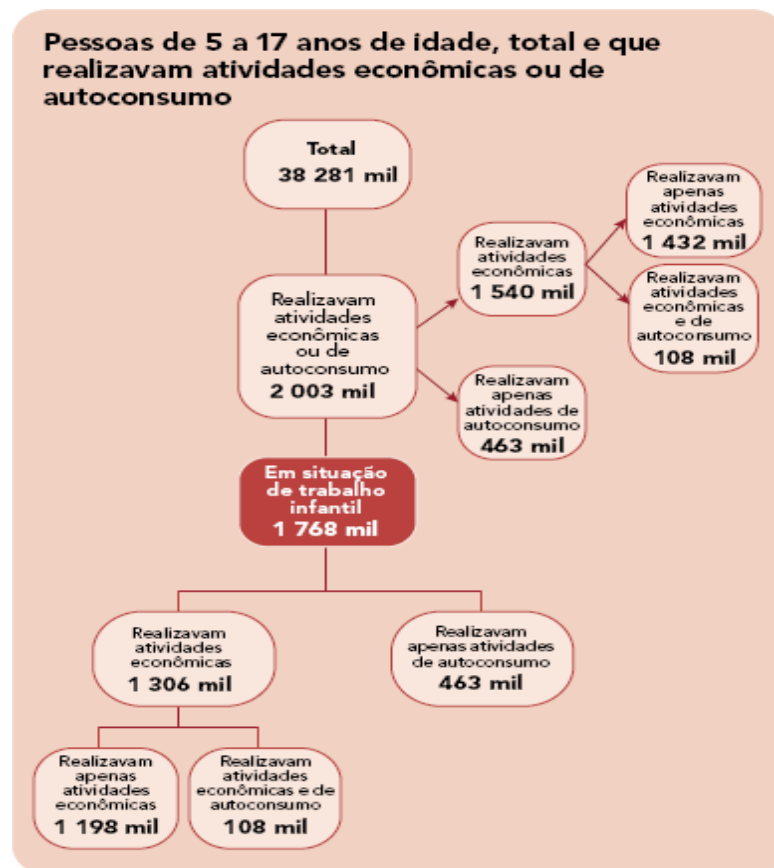
A análise do quadro permite uma aproximação ao perfil da infância trabalhadora: predominam, de acordo com os dados, meninos, pretos ou pardos, com inserção escolar, em torno de 16 e 17 anos, embora também seja muito expressivo o trabalho infantil de meninas, pretas ou pardas, inseridas na escola, e também o trabalho infantil em todas as faixas etárias consideradas, inclusive crianças de 5 a 13 anos. Vê-se também, em relação à ocupação, que a maioria é empregado, seguido de “outras atividades”, de trabalhadores familiares-auxiliares, da ocupação em atividades de comércio e reparação e na agricultura.

Como se vê no quadro abaixo, a grande maioria dessas crianças e adolescentes realizavam apenas atividade econômica, seguida pelas que realizavam apenas atividades de autoconsumo, e por fim, aquelas crianças e adolescentes que realizavam atividades econômica e de autoconsumo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

O quadro que segue permite visualizar mais de perto esse universo dramático do trabalho infantil. Das referidas 1 milhão 768 mil crianças e adolescentes trabalhadores, a grande maioria, ou seja, 1 milhão 306 mil realizavam atividades econômicas, enquanto outras 463 mil realizavam “apenas” atividades de autoconsumo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

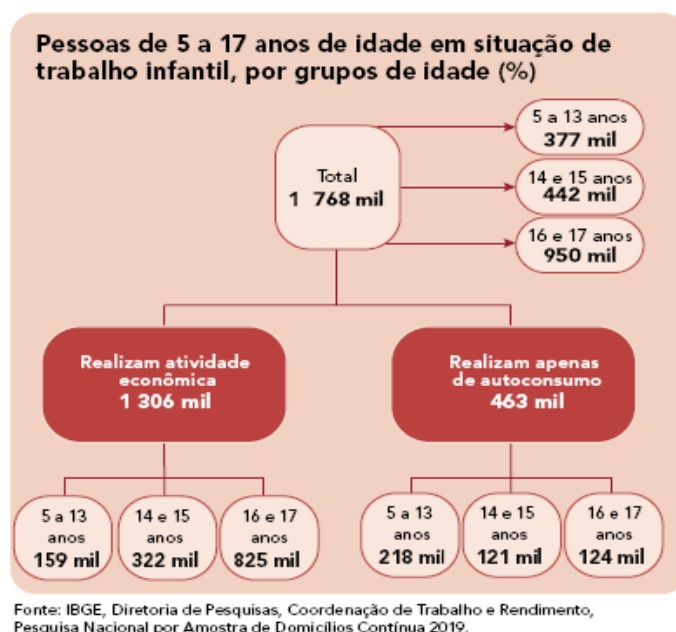
A pesquisa indica uma queda na proporção de crianças e adolescentes no trabalho infantil por faixa etária de 5 a 17 anos de idade no período correspondente a 2016 e 2019, todavia, é preciso observar que os dados também registram um percentual mais elevado da queda da população total deste mesmo grupo etário.



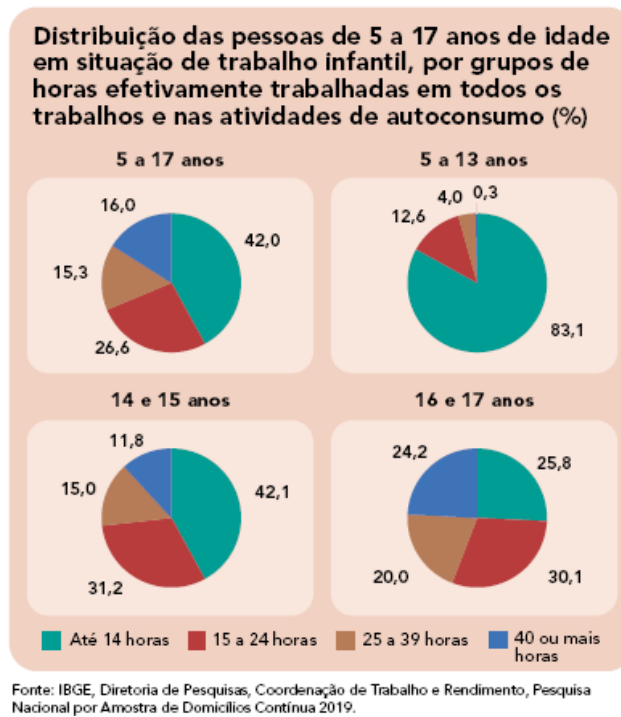
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

O 2º tópico da pesquisa PNAD Contínua apresenta os “indicadores do trabalho infantil por dados quantitativos e características, sexo, idade, cor ou raça, condição de estudante, jornada de trabalho, tipo de atividade e informalidade” como se vê a seguir.

Ao analisar o gráfico abaixo que representa os dados por grupo etário de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no trabalho infantil, é possível observar que do total de 1 milhão 768 mil crianças e adolescentes nessa situação 950 mil estava na faixa etária de 16 e 17 anos de idade; 442 mil entre 14 e 15 anos e 377 mil compreendia a faixa etária de 5 a 13 anos de idade. O grupo que aparece com maior predominância na realização de atividades econômicas estava na faixa etária de 16 a 17 anos totalizando 825 mil. O grupo etário de 16 a 17 anos teve maior destaque nas realizações de atividades de autoconsumo e por fim, em menor proporção, ainda assim, atestando um número expressivo e alarmante, aparece o grupo de 5 a 13 anos representando um total de 218 mil crianças e adolescentes trabalhadores.

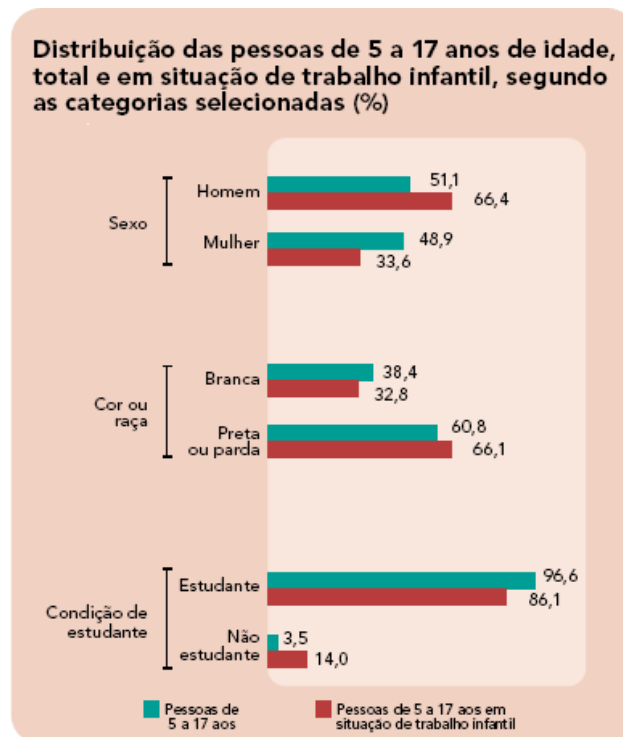


Ao analisar o gráfico que traz os dados das crianças e adolescentes com faixa etária de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil por distribuição de grupos, horas exercidas, tipos de trabalhos e as atividades de auto consumo, pode-se concluir que a maior proporção dessas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil realizavam uma jornada de trabalho de até 14 horas semanal, podendo se observar em um menor percentual situação de trabalho infantil com carga horária de 25 a 39 horas por semana. Em relação ao grupo etário de 5 a 13 anos pode-se observar uma grande porcentagem atuando no trabalho por mais de 14 horas semanais, sendo que em menor porcentagem aparece a faixa etária de 14 a 17 anos que exerciam os trabalhos de 15 a 24 horas semanais. O grupo que aparece realizando maior jornada de trabalho corresponde a faixa etária de 16 a 17 anos de idade conforme se vê no gráfico abaixo.



Constata-se, assim, os muitos prejuízos da privação do tempo e das forças dessa infância que tem seus estudos, brincadeiras, descanso, relações sociais, violentados pelo trabalho infantil.

Ao considerar o gráfico abaixo, em relação a distribuição por sexo é possível perceber que mais de metade das crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos eram compostos pelo sexo masculino, conforme já sinalizado linhas acima. Em relação a cor ou raça, o gráfico mostrou uma porcentagem menor de pessoas de cor branca em situação de trabalho infantil, já em relação a cor preta ou parda, esse porcentual aparece numa grande predominância, numa mesma proporção entre preto e pardos, conforme já indicado mais acima.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Em relação a inserção escolar, enquanto 96,6 do total de crianças e adolescentes do país estavam inseridas na escola, esse número se reduz para 86,1% no caso dos trabalhadores infantis, o que indica a relação direta, inquestionável, entre trabalho infantil e prejuízos diretos e gravíssimos aos estudos e à formação dessas pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Ou seja, enquanto não estudavam, do universo total da infância, 3,5% de crianças e adolescentes, esse percentual salta para 14% nas situações de trabalho infantil.

Ao analisar o gráfico abaixo, que apresenta mais de perto o “trabalho infantil por posição na ocupação, grupos ocupacionais e de atividade”, é possível identificar em maior proporção os trabalhadores empregados, em seguida vem os trabalhadores familiares auxiliar, por fim, numa menor porcentagem aparece os que ocupavam atividades por conta própria ou empregador.

Observa-se que os “grupamentos das atividades econômicas da Agricultura e do Comércio e reparação correspondiam respectivamente, em 24,2 e 27,4% das atividades exercidas por essa população”.

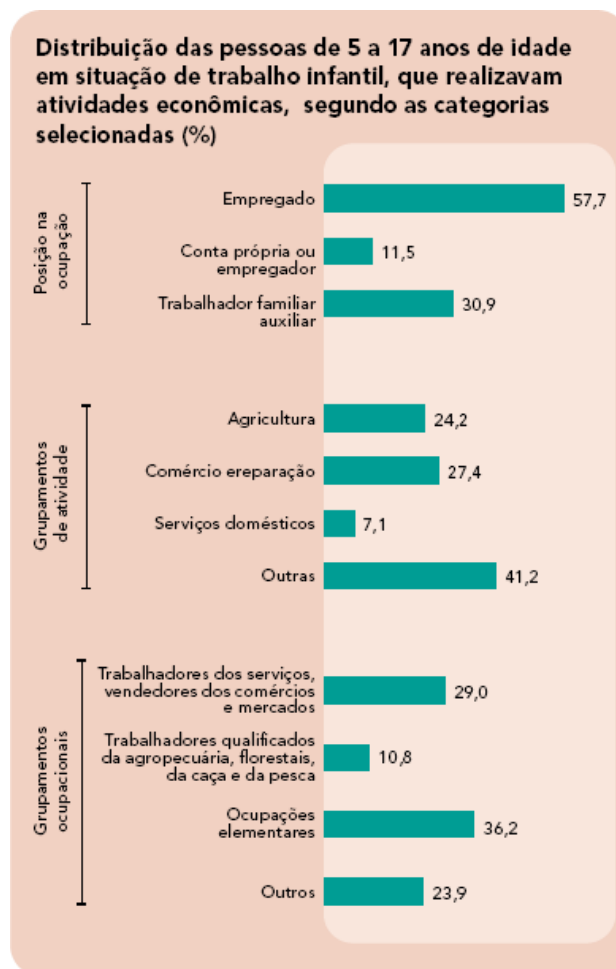
Podemos ver que outros tipos de atividades apresentavam um alto percentual, por outro lado, os serviços domésticos representavam o menor percentual.

Em relação às ocupações no trabalho infantil, o gráfico mostra com maior destaque, “trabalhador dos serviços, vendedor dos comércios e mercados, e trabalhador em ocupações

elementares. A pessoa em situação de trabalho infantil era principalmente, trabalhador dos serviços, sendo que suas ocupações eram de vendedor dos comércios e mercados (29,0%) e trabalhador em ocupações elementares (36,2%)”. Constavam ainda, em uma porcentagem também expressiva, de 10,8% “trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e pesca”; enquanto outros 23,9% estavam distribuídos em outros grupamentos.

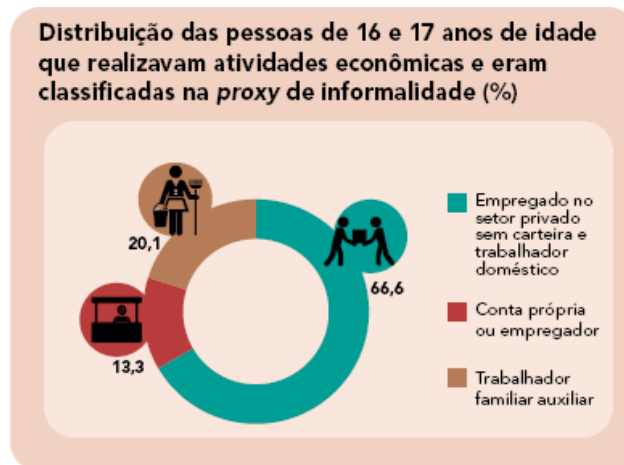
Em relação aos grupos etários de 5 a 13 anos de idade, pode observar uma maior concentração nessa faixa realizando atividades agrícolas. Esse percentual teve queda nos grupos: 14 e 15 anos e no grupo de 16 e 17 anos.

Esses dados podem ser vistos nos gráficos que seguem.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

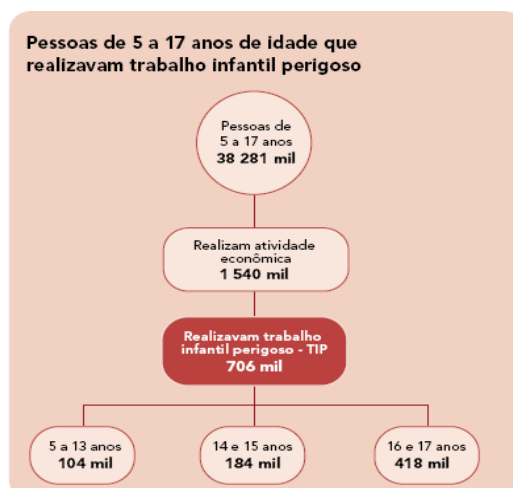
Os dados do gráfico da PNAD contínua trazem a população de 16 e 17 anos de idade submetida às ocupações e atividades informais, onde há uma maior concentração desses trabalhadores no setor privado (66,6%), seguida dos trabalhadores familiares auxiliares (20,1%) e dos trabalhadores por conta própria (13,3%). Como se vê a seguir.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

“O 3º tópico” da PNAD contínua “retrata o recorte das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que desenvolvem trabalho infantil perigoso conforme a Lista (TIP), observando a condição de estudante, jornada de trabalho, atividade agrícola e não agrícola e atividade de autoconsumo”.

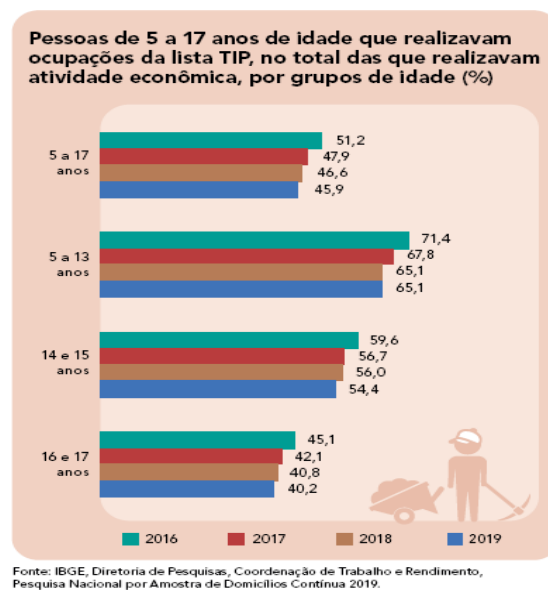
O gráfico abaixo mostra que em 2019 foi registrado 706 mil crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos realizando atividades perigosas, “consideradas as piores formas de trabalho infantil -Lista TIP”, enquanto outros 1,5 milhão de crianças e adolescentes desse mesmo grupo etário exerciam atividade econômica.



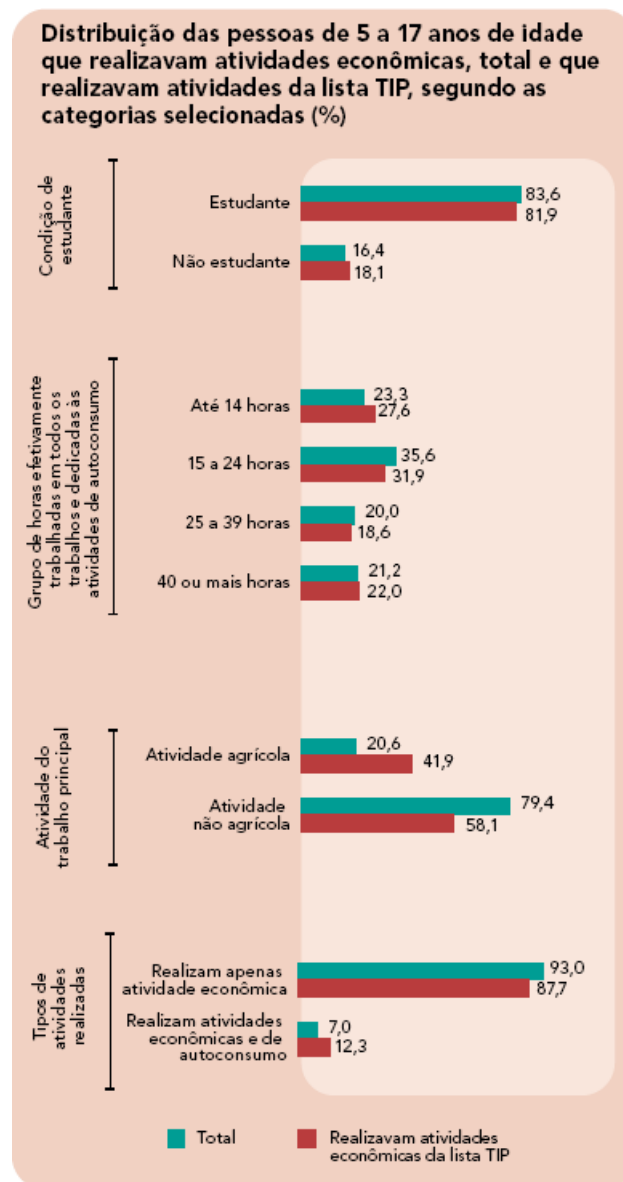
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Ao se considerar os dados por faixa etária, “foi possível observar que a maior estimativa estava na faixa de pessoas entre 5 a 13 anos de idade (65,1%)”, identificando-se uma redução nos grupos de faixa etária 14 e 15 anos e os referentes a 16 e 17 anos de idade conforme mostra o gráfico abaixo.

Percebe-se uma queda nesse percentual desde 2016 para 2019 havendo um menor percentual das pessoas que realizavam ocupações de trabalho infantil perigoso em todos os grupos de idades, com destaque para o de 5 a 13 anos, muito embora essa redução mostrou-se lenta, assim como o universo do trabalho infantil continua muito expressivo.



Considerando e comparando os dados sobre o total de crianças e adolescentes que “realizavam atividades econômicas” e o total de crianças e adolescentes que realizavam as piores formas de trabalho infantil, em quase todas as categorias apresentadas os indicadores são piores para este segundo grupo: eles estão mais fora da escola, trabalham muitas horas, é mais alta a sua incidência em trabalho agrícola e realizam ao mesmo tempo atividades econômicas e atividades de autoconsumo. Como se vê a seguir.

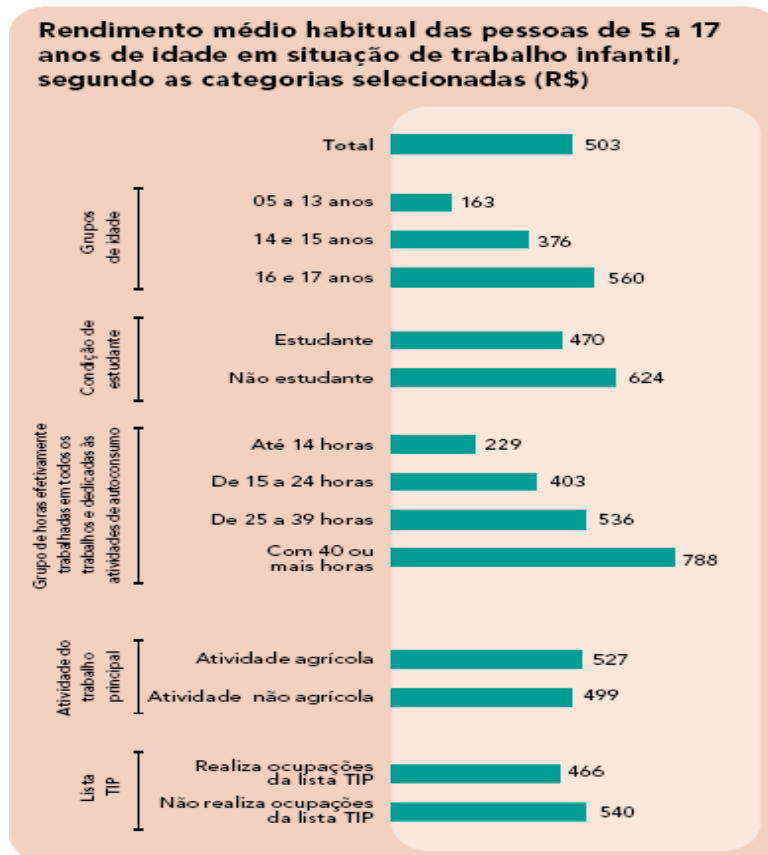


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

O 4º tópico da PNAD Contínua considera “o rendimento de crianças e adolescentes trabalhando em situação de trabalho infantil, por idade, condição de estudante, jornada de trabalho e atividade da lista das piores formas de trabalho infantil (Lista TIP)”. Também é apresentado o indicador de recebimento de benefícios do Programa Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada-BPC, da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, nos domicílios onde residiam as Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil”.

Ao observar o “rendimento médio habitual das crianças e adolescentes no trabalho infantil por faixa etária de 5 a 17 anos “pode-se concluir que a renda é extremamente baixa, estimada em R\$503,00 para as pessoas que realizavam atividade econômica, o que aponta na

direção da superexploração da força de trabalho³. Os dados também apontam diferença salarial entre os gêneros, sendo que enquanto os homens recebiam R\$ 524 as mulheres recebiam R\$ 461. Em relação a cor/raça, as pessoas de cor branca tiveram renda superior aquelas de cor preta ou pardas. A renda dessas pessoas aumentava de acordo com a faixa etária. Em relação à condição de estudante, aqueles que não eram estudantes apresentaram um percentual de renda superior aos dos que eram trabalhadores estudantes, o que aponta na direção de maior submetimento ao trabalho infantil e à exploração da força de trabalho infantil.



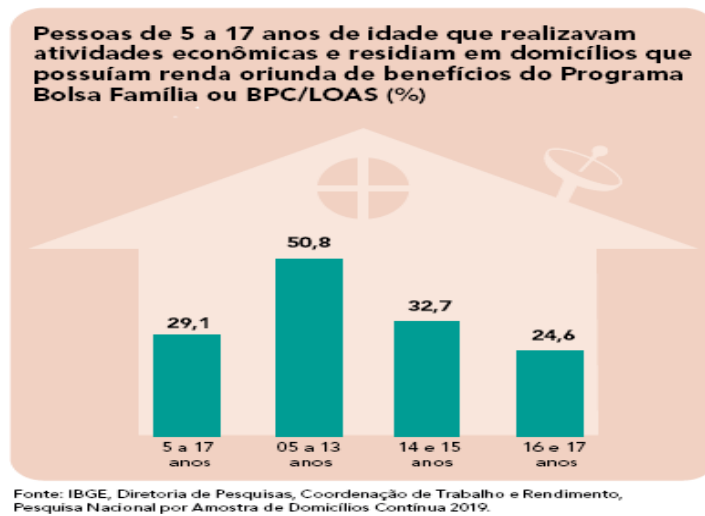
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Em relação aos tipos de atividades, aquelas que realizavam atividade agrícola, o rendimento foi maior e menor rendimento na atividade não agrícola.

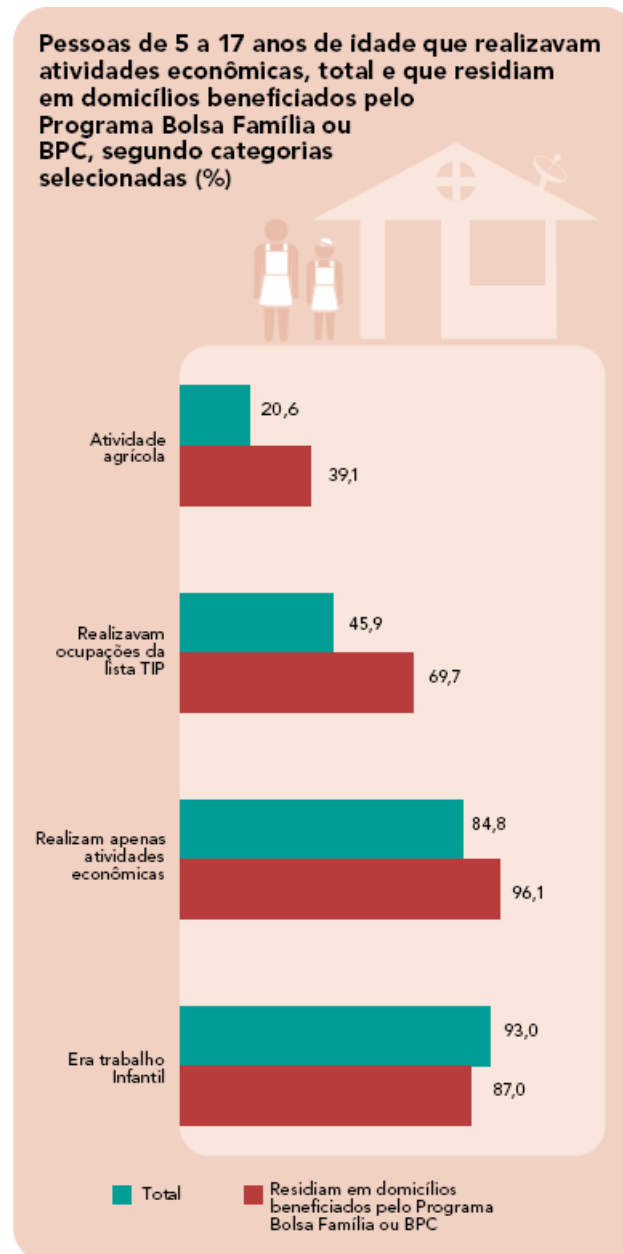
É possível observar ainda, que população que exerciam suas atividades em situação de trabalho infantil perigoso alcançava uma renda inferior aqueles que não realizam tais atividades.

³ Em termos simplificados: violação da lei do valor, ou remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, o que é intrínseco ao trabalho infantil Marini “Dialética da dependência”

Os dados da pesquisa sobre crianças e adolescentes que realizavam atividades econômicas e residiam em domicílios que possuíam renda oriunda de benefícios do programa Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS mostram que um total de 448 mil pessoas com faixa etária de 5 a 17 anos exercendo atividades econômicas. A faixa etária de maior incidência, neste caso, é a de crianças e adolescentes entre 05 e 13 anos, seguida da faixa etária de adolescentes de 14 e 15 anos, e de crianças de 5 a 7 anos.



É possível observar ainda, que a atividade agrícola se destaca por grupos beneficiados pelo Programa Bolsa Família ou BPC ao comparar com as crianças e adolescentes que exerciam atividade econômica em geral. O gráfico mostra, um maior percentual entre aqueles que realizavam ocupações da Lista TIP, assim como também para os que estavam em situação de trabalho infantil. “Por outro lado, a realização exclusiva de atividades econômicas era superior na população ocupada total (93,0%)”.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

“O 5º tópico traz as estimativas da população de 5 a 17 anos de idade que realizava afazeres domésticos e cuidados de pessoas”.

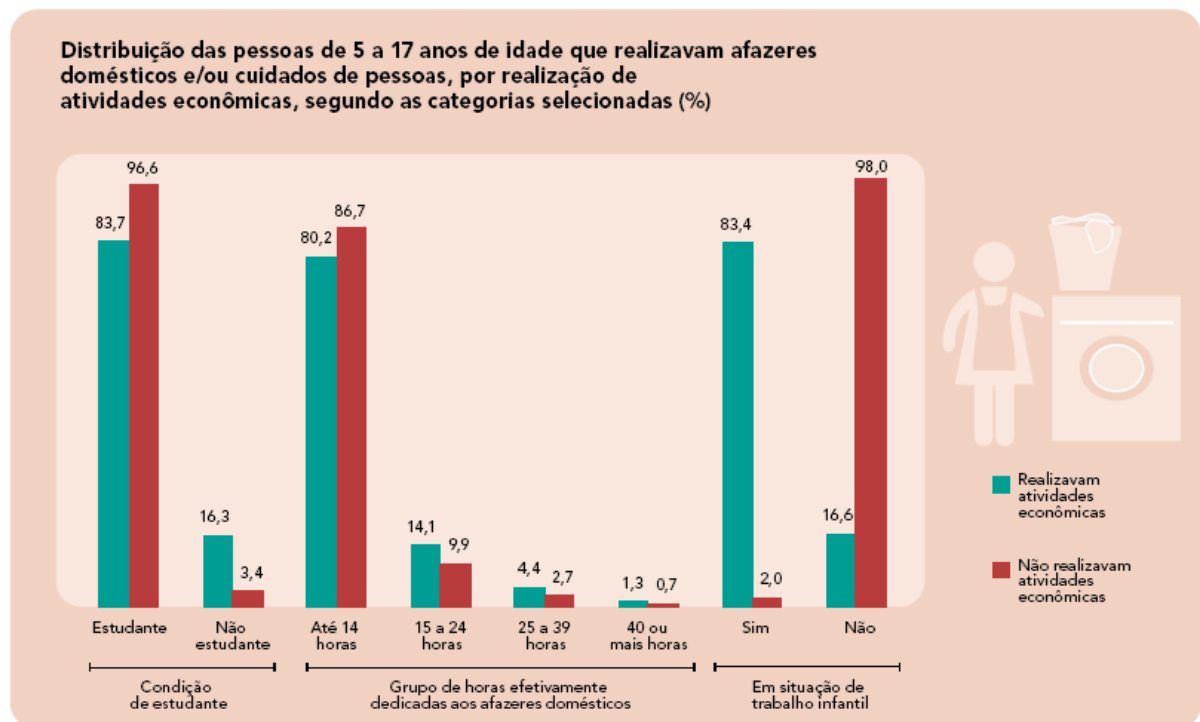
Os dados da PNAD Contínua mostram, como já visto, um total de 38,3 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, sendo que 19,8 milhões exerciam afazeres domésticos/ou cuidado de pessoas.

Ao analisar o gráfico de distribuição dessas crianças e adolescentes que realizavam atividades domésticas e/ou cuidado com pessoas, por realização de atividades econômicas, por faixa etária, é possível perceber um maior percentual na faixa de 16 e 17 (76,9%), seguido da faixa de 14 e 15 anos (74,8%), e da faixa de 5 a 13 anos de idade uma porcentagem (39,9%).

Ainda a esse respeito, quanto ao gênero, atividades e afazeres domésticos incidem mais sobre as mulheres do que sobre os homens, o que aponta na direção dos valores e da cultura patriarcais, onde trabalhos reprodutivos recaem majoritariamente sobre mulheres.

Pode-se observar ainda, que 18,6 milhões dessas crianças e adolescentes não realizavam atividades econômicas, enquanto 1,2 milhão delas agregavam essas atividades e a realização de afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas”.

Sobre a situação escolar e infantil desses trabalhadores nessas atividades e afazeres, o gráfico mostra que “83,7% de pessoas que realizavam atividades econômicas frequentavam a escola, enquanto no contingente das que não faziam o percentual aumentava para 96,6%”. Os dados também mostram que “entre a faixa etária de 5 a 17 anos mais de 80% dessas crianças e adolescentes permaneciam até 14 horas por semana no trabalho”. No entanto, havia um “maior valor para aquelas que não realizavam atividades econômicas”. Além disso, “83,4% das que realizavam atividades econômicas e também afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas estavam em situação de trabalho infantil”.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Concluída a apresentação dos dados da PNAD contínua, que nos fornecem um certo panorama empírico e aproximativo do fenômeno, seguem alguns apontamentos mais gerais sobre essa realidade em termos mais gerais, mundiais. Dados recentes da OIT e UNICEF apontam um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo, e ainda alertam para o

possível surgimento de mais 8,9 milhões de crianças e adolescentes trabalhadores no próximo ano, levando-se em consideração as repercussões da pandemia da Covid -19.

Dados da reportagem mostram um número muito menor de crianças e adolescentes no trabalho infantil no Brasil, antes da pandemia, quando já registrava mais de 1,7 milhões de crianças e adolescentes nessa situação.

Os dados apresentam uma queda nos registros de trabalho infantil no período correspondente aos anos 2000 e 2016 sendo que, desde então, pode-se entender uma tendência à inversão dessa diminuição.

A reportagem mostra um grande aumento no número de crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 11 anos em situação de trabalho infantil, correspondendo a mais da metade do número total no mundo.

A UNICEF e a OIT fazem um alerta importante sobre o aumento nos casos de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalhos perigosos, que chegou a registrar 79 milhões, atingindo um crescimento de 6,5 milhões no período correspondente a 2016 a 2020.

Conforme mostram os dados da UNICEF na África do Sul do Saara, o crescimento populacional, as crises recorrentes, a pobreza extrema e medidas de proteção social inadequada tudo isso levou a um aumento de 16,6 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos últimos quatro anos.

De acordo com a reportagem, mesmo em regiões onde houve algum progresso desde 2016, como Ásia e Pacífico, e América Latina, a Pandemia da Covid-19 está colocando os avanços que já são tímidos em risco.

Outras informações importantes do relatório incluem, nesse panorama mundial:

- O setor agrícola é responsável por 70% das crianças e dos adolescentes em situação de trabalho infantil (112 milhões), seguido por 20% no setor de serviços (31,4 milhões) e 10 % na indústria (16,5 milhões).
- Quase 28% das crianças de 5 a 11 anos e 35% dos meninos e meninas de 12 a 14 anos em situação de trabalho infantil estão fora da escola.
- O trabalho infantil é mais prevalente entre meninos do que meninas em todas as idades. Quando as tarefas domésticas realizadas por pelo menos 21 horas por semana são levadas em consideração, a diferença de gênero infantil diminuiu.
- A prevalência de trabalho infantil nas áreas rurais (14%) é quase três vezes maior do que em áreas urbanas (5%).

Assim, como podemos ver, são muitas as consequências do trabalho infantil na vida das crianças e dos adolescentes, podendo levar em consideração os riscos de danos físicos, mentais e sociais. Além disso, o trabalho infantil é responsável pelo abandono e evasão escolar, comprometendo assim a educação, restringindo direitos e ainda limitando oportunidades de futuro. Tudo isso vai contribuir na permanência de círculos viciosos Inter geracionais de pobreza e trabalho infantil.

Dados da reportagem/UNICEF, confirmando os dados apresentados acima da PNAD Contínua, mostram que no Brasil em 2019 66,1% de crianças e adolescente trabalhadores eram pretos ou pardos, sendo que esses números não incluíram os adolescentes que trabalhavam legalmente no país.

Em São Paulo de acordo com a UNICEF, houve o agravamento da situação de trabalho infantil durante a pandemia. Em relação a renda e trabalho a UNICEF realizou um levantamento de dados com 52.744 famílias vulneráveis de diferentes regiões de São Paulo. Entre os dados levantados de abril a julho de 2020, o UNICEF identificou a intensificação do trabalho infantil, com aumento de 26% entre as famílias entrevistadas em maio, comparadas às entrevistadas em julho.

A seguir, passaremos a considerar as determinações e expressões do trabalho infantil na realidade de Mariana-MG, a partir da pesquisa de campo realizada.

2.2. Determinações e expressões de Trabalho Infantil em Mariana- no período 2016-2019: tabelas e sistematização de dados

Adentrando o campo mais “empírico”, do material coletado nas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa, e organizando esse material, avançando numa primeira sistematização dos dados, das informações da realidade, neste momento do presente trabalho apresentaremos em quatro frentes ou eixos principais um panorama aproximativo das expressões mais fenomênicas e de algumas das determinações do trabalho infantil em Mariana-MG no período 2016-2019.

Estas frentes ou eixos da investigação e da apresentação dos resultados correspondem (1) à identificação das/os profissionais da rede de proteção e atendimento à infância no município, (2) à identificação do público-alvo que constitui o objeto da pesquisa, ou seja, do perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no município de Mariana-

MG, (3) à pesquisa das situações de trabalho infantil nesta realidade e, por fim, (4) à pesquisa das respostas político-institucionais aos fenômenos.

Assim, num 1º conjunto de tabelas (tabelas de 1 a 4), são apresentados os dados dos entrevistados, por características de sexo/gênero, escolaridade, área de formação e área de atuação.

Nos dados consolidados, encontra-se um total de 19 entrevistados, sendo 3 (três) do sexo masculino e 16 (dezesesseis) do sexo feminino, como se vê na tabela 1.

Tabela 1		
Identificação dos entrevistados por sexo/gênero		
Sexo	Masculino	03
	Feminino	16
	Outras opções	00
	Total	19

Portanto, predominam entre os entrevistados no atendimento às situações de trabalho infantil profissionais do sexo feminino. Essa predominância do sexo feminino pode ter relação com a divisão social do trabalho no capitalismo e com o patriarcado, que, como já dito acima, faz com que recaiam sobre as mulheres atividades ligadas à reprodução social: educação, saúde, assistência social etc.

Na tabela 2, apresenta-se o grau de escolaridade das entrevistadas, sendo 01 superior incompleto, 12 superior completo, das quais 03 com pós-graduação e 03 com mestrado, como se vê a seguir:

Tabela 2		
Identificação dos entrevistados por escolaridade		
Escolaridade	Fundamental	00
	Médio	00
	Superior incompleto	01

	Superior completo	12
	Pós graduação	03
	Mestrado	03
	Total	19

Analisando esses dados, destaca-se o alto nível de escolaridade entre as entrevistadas, o que aponta no sentido de qualificação profissional mais elevada. Destaca-se aqui, tendo em vista este universo de entrevistadas, que é uma exigência legal de acordo com a Lei Nº 2.970, de 09 de junho de 2015 de que para atuar como Conselheiras/os Tutelares, profissionais que fazem parte do nosso universo de pesquisa, é necessária escolaridade mínima em curso superior completo. É claro que não se pode desconsiderar aqui a existência de trabalhadores com outros níveis de escolaridade, técnicos de diversas áreas (saúde, assistência social, educadores sociais, entre outros) que também compõem o universo dos profissionais que lidam com as situações de trabalho infantil. Uma importante referência que regula os tipos, o caráter e a qualificação da força de trabalho que lida na área da assistência social encontra-se na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).

Na tabela 3, apresenta-se a área de formação dos entrevistados, sendo identificadas as áreas que seguem:

Tabela 3		
Identificação dos entrevistados por área de formação		
Área de formação	Serviço Social	07
	Serviço Social / Pedagogia	01
	História / Serviço Social	01
	Pedagogia	02
	História	02
	Ciências Humanas e Sociais	01
	Direito	01
	Administração	01
	Letras	01
	Gestão em Serviços de Saúde	01

	Enfermagem	01
--	------------	----

Como podemos observar, as áreas de formação são bem distintas, com predomínio da área do Serviço Social, sendo que as segundas áreas de maior incidência correspondem a profissionais formados em pedagogia e em história. Cabe registrar que na elaboração e na realização da pesquisa, foi possível um contato mais próximo e mais acessível a profissionais da rede ligados aos CRAS, CREAS, Vigilância Socioassistencial do município, Conselheiros/os Tutelares, Profissionais da Saúde, Educação, Conselho Municipal e a Coordenadoria do PETI⁴. Sendo esses serviços compostos por equipes multidisciplinares.

Sobre os contatos e a aproximação a essas profissionais para realização da pesquisa, cabe mencionar que num primeiro momento, houve certas dificuldades para desenvolver a pesquisa na área da Educação, quando gestores alegaram não ter dados registrados, expressando também um não reconhecimento com o objeto da pesquisa, que seria de interesse da área do Serviço Social e da Assistência Social, e não da Educação.

Outro desafio enfrentado na aproximação às entrevistadas mostra-se na dificuldade de uma entrevistada em relatar abertamente as situações de trabalho infantil que são de seu conhecimento, uma vez que ela atua diretamente no bairro e tem conhecimento da existência de trabalho infantil nas piores formas - da Lista TIP, o que nem sempre pode ser abertamente explicitado, por questões de segurança da profissional, o que impacta até mesmo as formas de encaminhamento, ou dificuldades de encaminhamento de determinadas situações, como, por exemplo, aquelas ligadas ao tráfico de drogas. Já adiantando, percebe-se então a necessidade de políticas específicas e qualificadas de atendimento a essas demandas: abordagem de rua, serviço específico para trabalhar com a demanda do PETI de acordo com a realidade social e comunitária de cada território, intervenção necessária do poder público com medidas de proteção aos atores e aos sujeitos envolvidos com essas situações.

⁴ O PETI - é um programa da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Sistema Único de Assistência social (SUAS), compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. A portaria nº 666, de 28 de dezembro de 2005, efetivou a integração do PETI com o Programa Bolsa Família, a qual não se pautou na extinção, mas na integração, dos dois programas, mantendo suas especificidades. Porém, após entrevistar a coordenadora do PETI e o gestor do Programa Bolsa-Família, constatou-se que o município não tem nenhuma pactuação com o programa do Governo Federal - PETI e executa por conta própria suas intervenções como Campanhas e Projetos de Combate ao Trabalho Infantil, através do TAC.

Na tabela 4, apresentam-se as áreas de atuação e função dos entrevistados, que estão relacionadas com as suas áreas de formação, conforme se vê na tabela que segue.

Tabela 4		
Identificação dos entrevistados por área de atuação e função		
Área de atuação	Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	01
	Escola / Professor	03
	Escola / Diretor	01
	CRAS	05
	Conselho Tutelar	01
	Vigilância Socioassistencial / SEDESC	01
	CMDCA-Conselhos Municipais/Secretária	01
	CREAS	02
	CAPSij - Saúde Mental	01
	PSF Cabanas	01
	Coordenação de Atenção Primária/Saúde	01
	Coordenadora do PETI	01

As áreas de atuação de maior presença das entrevistadas são a Assistência/ CRAS e CREAS, seguida da Educação/ Escolas.

Também aqui cabe registrar dificuldades de realização da pesquisa: na análise das entrevistas, foi possível observar que nos casos de dois CRAS o questionário não foi respondido satisfatoriamente, sendo alegado que não dispõem de dados a respeito das perguntas.

Avançando na sistematização de um segundo conjunto de dados e informações da realidade, apresentamos os resultados que correspondem Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Quantitativo de situações (tabela 5), Distribuição por sexo (tabela 6), Distribuição por grupos etários (tabela 7) e Perfil de classe social (tabela 8), perfil étnico-racial (tabela 9), perfil de gênero dos adultos e/ ou pessoas arrimo de família (tabela 10) e perfil da renda per capita (tabela 11).

Na tabela 5, apresentam-se o quantitativo de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil 2016-2019, identificados a partir das informações colhidas nos questionários, conforme se vê na tabela que segue.

Tabela 5	
Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Quantitativo de situações	
Área de atuação dos entrevistados	Número de crianças
CRAS Cabanas	06
CRAS Colina	05
CRAS Distritos	08
CRAS Bairros	Não tem dados
CREAS	27
Conselho Tutelar	22
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	03
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Não tem dados
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	15
PSF Cabanas	Não teve casos/notificados
CAPSij - Saúde Mental	25
Escola 1 - Professor	Não tem dados
Escola 2 - Professor	04
Escola 3 - Professor	04
Escola 4 - Diretor	Não tem dados
Saúde/Previne	30
Coordenadoria/Gestão/ PETI/SEDESC	24

É difícil estabelecer o total de casos, uma vez que o mesmo caso pode ter sido atendido por mais de um serviço. De todo modo, vale registrar que soma dos casos mencionados nos questionários totaliza 173 situações de trabalho infantil.

Ao analisar esses dados é importante ter como referência os dados do Conselho Tutelar, uma vez que, todas as denúncias ou notificações de situações de Trabalho Infantil ocorrem

primeiramente por meio do Conselho Tutelar. Após intervenção o Conselho Tutelar encaminha todos os atendimentos identificados para o CREAS acompanhá-los. Todos os serviços da rede de atendimentos encaminham o relatório mensal para a SEDESC, onde esses dados são compilados pela assistente social da Vigilância Socioassistencial.

Observa-se uma aproximação entre os dados do CREAS/Conselho Tutelar, Coordenadora do PETI, e a Vigilância Socioassistencial e em uma maior proporção os dados da Saúde/Previne.

É importante levar em conta que a Vigilância Socioassistencial tem como referência dados posteriores ao do CREAS. Enquanto a referência dos dados do CREAS é 2017 a 2019, a referência dos dados da Vigilância Socioassistencial é 2018 a 2019.

Em conversa preliminar com atores da rede, Coordenadora de Serviço Especializado de Assistência Social, Conselheira Tutelar, Assistentes Sociais, entre outros, as mesmas relataram como desafio/dificuldade de se chegar ao trabalho infantil. De acordo com as mesmas, ocorre uma subnotificação e ocultação dos casos por diversos fatores.

Outro elemento ligado à subnotificação é a ocultação dentro da cultura do pensamento conservador, “visto todos os mitos e tabus que cercam o trabalho infantil” como, por exemplo, “trabalhei desde os seis anos e não morri”.

Na tabela 6, apresenta-se a identificação de crianças e adolescentes, na distribuição por sexo, de acordo com as informações colhidas nos questionários.

Tabela 6	
Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016 -2019 em Mariana-MG – Distribuição por sexo	
Masculino	95
Feminino	21

Os dados revelam uma predominância do sexo masculino no trabalho infantil no trabalho no município, o que concorda com os dados nacionais da PNAD contínua, embora aqui a discrepância é muito grande, o que aponta na direção de que as formas do trabalho infantil feminino podem estar ocultas ou subnotificadas devido ao fato de se tratar muitas vezes de trabalhos domésticos, exploração sexual, que acontecem geralmente em ambientes domésticos

ou em lugares invisíveis, podendo, portanto, não aparecer da mesma forma que o trabalho infantil masculino, muitas vezes exposto na rua etc.

Na tabela 7, apresenta-se a identificação de crianças e adolescentes do universo pesquisado na distribuição de prevalência por grupos etários, conforme se vê na tabela que segue.

Tabela 7	
Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Prevalência da distribuição por grupos etários	
CRAS Cabanas	Entre 15 a 17 anos
CRAS Colina	Entre 10 a 15 anos
CRAS Distritos	Entre 14 a 17 anos
CRAS Bairros	Não respondeu
CREAS	Entre 11 as 17 anos
CREAS	Entre 11 as 17 anos
Conselho Tutelar	Entre 13 a 17 anos
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	09 anos
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Não tem dados
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Entre 10 a 17 anos
PSF Cabanas	12 anos
CAPSij - Saúde Mental	Entre 12 a 16 anos
Escola 1 – Professor	Não tem dados
Escola 2 – Professor	Entre 11 a 14 anos
Escola 3 – Diretor	Entre 11 a 15 anos
Escola 4 – Diretor	Não tem dados
Saúde/Previne	Entre 05 a 18 anos
Coordenadora do PETI	Entre 12 a 18 anos

Ao analisar a tabela acima é possível notar a incidência de trabalho infantil em quase todas as idades e faixas etárias. A maior incidência de crianças ou adolescentes, de crianças

pequenas ou adolescentes com mais idade, podem ser relacionadas ao caráter de cada serviço, onde, por exemplo, a saúde tem mais meios de acesso aos primeiros anos de vida das crianças

Na tabela 8, apresenta-se a incidência de determinações de renda e de classe social sobre crianças e adolescentes em trabalho infantil, a partir dos dados coletados, conforme se vê a seguir.

Tabela 8	
Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Perfil de classe social	
CRAS Cabanas	Baixa renda
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Colina	Classe trabalhadora
CRAS Distritos	Vulnerabilidade Social/Financeira
CRAS Bairros	Classe Social baixa
CREAS	Baixa renda
CREAS	Baixa renda
Conselho Tutelar	Vulnerabilidade Social
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Vulnerabilidade Econômica e Social
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Baixa renda
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Situação de pobreza
PSF Cabanas	Baixa renda
CAPSij - Saúde Mental	Vulnerabilidade Social
Escola 1 - Professor	Não tem dados
Escola 2 - Professor	Baixa renda
Escola 3 - Diretor	Classe social menos favorecidas, classe baixa que busca pelas mínimas condições de sobrevivência
Escola 4 - Diretor	Baixa renda e pouca escolaridade
Saúde/Previne	Baixa renda e Situação de Vulnerabilidade
Coordenadora do PETI	Não respondeu

Ao analisar os dados obtidos, observa-se uma predominância da identificação de vulnerabilidade Social, seguida por baixa renda familiar, sendo que foram identificados também situação de baixa escolaridade, busca pelas mínimas condições de sobrevivência e pobreza.

Em Mariana-MG existem duas grandes empresas mineradoras, a Vale e Samarco, que operam com a extração de minério de ferro retirando toda a riqueza da região, gerando desigualdade, questão social, pobreza e vulnerabilidade social e econômica. Então é possível perceber que são muitos os impactos causados no nosso município decorrente das mineradoras, podemos citar a questão habitacional, desigualdade social, e a exploração do trabalho por terceirizar todos os serviços, entre outros. Penso que o município precisa se atentar para cobrar mais das mineradoras e investir em políticas públicas que garantam a segurança e proteção para reparar e tentar minimizar os impactos causados por elas dentro do município.

Precisamos pensar em políticas públicas que combatem a exploração das atividades de trabalho, que desencadeiam em mais pobreza e desigualdade social, acesso aos serviços e programas a toda população em situação de realidade concreta” vulnerabilidade social econômica”, garantindo a elas o direito à moradia de qualidade, alimentação, saúde, lazer, emprego e educação.

A tabela a seguir apresenta o perfil étnico-racial de crianças e adolescentes, de acordo com os dados e informações coletados.

Tabela 9	
Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Perfil étnico-racial	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Diversos
CRAS Colina	Sim
CRAS Distritos	Não possui dados
CRAS Bairros	Não é possível identificar
CREAS	Preto
CREAS	Preto
Conselho Tutelar	Não

Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Preto
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	É possível identificar
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Mais de 60% parda
PSF Cabanas	Parda ou preto
CAPSij - Saúde Mental	Preto
Escola 1 - Professor	Não respondeu
Escola 2 - Professor	Branco/ Preto
Escola 3 - Diretor	Sociedade desigual e preconceituosa
Escola 4 - Diretor	Não respondeu
Saúde/Previne	Perfil mistos
Coordenadora do PETI	Não respondeu

Ao analisar a tabela acima observa-se a predominância dos perfis étnico-raciais preto e pardo. A esse respeito, percebeu-se uma tendência de uma não atenção suficiente à importância dos dados étnicos das crianças e adolescentes no trabalho infantil, e à importância dos dados para análise e propostas que baseariam a superação dessa atividade e prática, pois se analisarmos nossa história veremos que em nossa realidade brasileira vivemos em uma sociedade injusta, desigualitária, preconceituosa e racista, que julga e discrimina os indivíduos por sua identidade étnico-racial⁵.

Na tabela 10, apresenta-se o Perfil de gênero dos/as adultos/as arrimo de família de crianças e adolescentes no trabalho infantil, no universo dos dados recolhidos nos questionários.

Tabela 10

⁵ No intuito de combater o preconceito e o racismo, em 2010 o Presidente Lula sanciona a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 que determina no Artigo 1º: “Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. É importante se atentar para que não haja nenhuma forma de preconceito ou racismo e lutar sempre pelas garantias igualitárias de direitos sem nenhum tipo de discriminação.

Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG –Perfil de gênero dos/as adultos/as arrimo de família	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Feminino
CRAS Colina	Feminino
CRAS Distritos	Feminino
CRAS Bairros	Feminino
CREAS	Feminino
CREAS	Feminino
Conselho Tutelar	Femininos
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Heterossexual
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Feminino
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Feminino
PSF Cabanas	Feminino
CAPSij - Saúde Mental	Feminino
Escola 1 - Professor	Não respondeu
Escola 2 - Professor	Não sabe
Escola 3 - Diretor	Feminino
Escola 4 - Diretor	Não respondeu
Saúde/Previne	Feminino
Coordenadora do PETI	Não respondeu

Como podemos observar o perfil de gênero dos adultos/arrimo de famílias apresenta uma predominância do sexo feminino, sempre segundo os dados colhidos nas entrevistas. Vivemos numa sociedade injusta e desigual em direitos, dominada pelo machismo, desigualdade de gênero, preconceito, racismo entre outros. Percebe-se diante desses dados um modelo conservador de que a mulher nasce para casar, ter filhos, arrumar casa entre outros fatores que possa estar relacionado assim como a divisão social do trabalho entre outros.

Sabemos que em Mariana-MG temos a mineração na extração de minério de ferro, enquanto uma atividade produtiva que demanda fortemente mão de obra masculina. Sendo assim, são restritas as oportunidades no mercado de trabalho para mulheres. Dessa forma, os lares chefiados por mulheres, na maioria, encontram-se desempregadas ou beneficiárias dos

programas do Governo Federal como o Bolsa-família, Programa de Inclusão Produtiva da Mulher, gari, doméstica, e outros programas do município.

Na tabela 11, apresenta-se o perfil de renda per capita das famílias de crianças e adolescentes no trabalho infantil, conforme se vê na tabela que segue.

Tabela 11	
Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Perfil da renda per capita	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Programas do governo
CRAS Colina	R\$ 0,00 a R\$89,00
CRAS Distritos	R\$310,00 aR\$167,00
CRAS Bairros	Per Capita baixa
CREAS	Sem dados
CREAS	Menos de 1/2 salário mínimo
Conselho Tutelar	Não tem informações
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	1 salário mínimo
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Abaixo da linha da pobreza
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Menos de 1/4 do salário
PSF Cabanas	Não respondeu
CAPSij - Saúde Mental	1 salário mínimo ou menos
Escola 1 - Professor	Não respondeu
Escola 2 - Professor	Não respondeu
Escola 3 - Diretor	1 salário mínimo ou menos
Escola 4 - Diretor	Renda mínima e pouca escolaridade ensino
Saúde/Previne	Não identificada
Coordenadora do PETI	Baixo salário

Ao analisar o perfil da renda per capita dessas famílias identificadas no trabalho infantil, assim como na tabela anterior, a maioria dos adultos arrimos de família são compostas por

mulheres, e essas com baixa renda, sendo a maioria com renda inferior a um salário mínimo, podendo esse ser uma determinação principal que leva as crianças e os adolescentes ao trabalho infantil. Mais uma vez nos deparamos com evidências de superexploração da força de trabalho. Portanto para prevenção e combate ao trabalho infantil, temos que combater também a pobreza, desigualdade o desemprego, exploração e superexploração, entre outros.

Podemos dizer que os avanços obtidos a duras penas nos últimos anos vêm sofrendo ataques constantes do Estado neoliberal, com cortes como na Saúde, Educação, Previdência, Direitos Trabalhistas, Políticas Públicas entre outros. No entanto, vejo a necessidade em implementar as políticas públicas que garantam e complementam a renda dessas famílias e criam políticas públicas específicas para o combate ao trabalho infantil pois sabemos que na maioria das vezes essas crianças e adolescentes estão no trabalho infantil para complementar a renda da família pois não tem nenhuma condição de subsistência.

Avançando para uma terceira frente de organização, sistematização e análise dos dados, neste momento apresentaremos a identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG considerando as Ocupações e atividades econômicas principais realizadas pelos adultos dos grupos familiares (tabela 12), Grau de escolaridade dos adultos dos grupos familiares (tabela 13), Territórios de maior incidência (tabela 14), Principais formas de trabalho infantil (tabela 15), Principais causas ou determinações de trabalho infantil identificadas pelas entrevistadas (tabela 16), Impacto das contradições e antagonismos entre classes sociais sobre as situações de trabalho infantil (tabela 17), Correlação entre o aumento de casos de trabalho infantil e o rompimento da Barragem de Fundão (tabela 18), as principais consequências identificadas (tabela 19) e as piores formas de trabalho infantil (tabela 20).

Assim, na tabela 12, apresentam-se as ocupações e atividades econômicas principais realizadas pelos adultos dos grupos familiares de crianças e adolescentes no trabalho infantil, conforme se vê na tabela que segue.

Tabela 12	
Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Ocupações e atividades econômicas principais realizadas pelos adultos dos grupos familiares	
CRAS Cabanas	Não tem dados

CRAS Cabanas	Programas do município /inclusão produtiva
CRAS Colina	Autônomos ou trabalho informal
CRAS Distritos	Informais
CRAS Bairros	Trabalhos esporádicos
CREAS	Não tem dados
CREAS	Empregada doméstica, ajudante e pedreiro
Conselho Tutelar	Trabalho rural - recebe por dia trabalhado, na área urbana - diversas atividades
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Autônomos
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Programas sociais, serviços informais, comércio ou próprio negócio
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Trabalhos informais ou programas sociais (inclusão produtiva) domésticas, babás, auxiliar de obras, trabalho rural
PSF Cabanas	Beneficiárias de Bolsa Família ou outros programas sociais
CAPSij - Saúde Mental	Serviços gerais, programas sociais de inclusão produtiva entre outros
Escola 1 - Professor	Não respondeu
Escola 2 - Professor	Não respondeu
Escola 3 - Diretor	Programa social ou exerce atividades informais
Escola 4 - Diretor	Trabalho em carvoarias, colheitas de café, plantação de milho e feijão
Saúde/Previne	Não é relatado o perfil a ocupação dos responsáveis
Coordenadora do PETI	Não respondeu

Ao analisar as ocupações e atividades econômicas principais realizadas pelos adultos dos grupos familiares, podemos perceber que todas as atividades realizadas pelos adultos dos grupos familiares são de baixa remuneração, ou os mesmos estão inseridos em programa do governo como o Bolsa-Família, Inclusão Produtiva da Mulher, entre outros. Destacam-se serviços informais, serviços gerais, auxiliar de obras, trabalhador rural, entre outros. Todas essas condições vão contribuir para o trabalho infantil, sendo esses os reflexos da desigualdade social, da questão social, da exploração e da superexploração da força de trabalho, bem como

da falta de investimentos em políticas públicas que garantam os direitos de forma efetiva, entre outros.

A tabela 13 apresenta o grau de escolaridade desses adultos responsáveis pelos grupos familiares de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Tabela 13	
Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Grau de escolaridade dos adultos dos grupos familiares	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Fundamental incompleto
CRAS Colina	Ensino fundamental
CRAS Distritos	Baixo grau de escolaridade
CRAS Bairros	Fundamental incompleto
CREAS	"Defasagem" escolar
CREAS	Baixo grau de escolaridade dos adultos
Conselho Tutelar	Não tem informações
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Ensino fundamental
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Ensino fundamental nas piores formas de Trabalho infantil, ensino médio, técnico e superior nas demais formas
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Fundamental completo ou incompleto
PSF Cabanas	Fundamental
CAPSij - Saúde Mental	Fundamental incompleto
Escola 1 - Professor	Não respondeu
Escola 2 - Professor	Fundamental incompleto/analfabeto
Escola 3 - Diretor	Fundamental incompleto
Escola 4 - Diretor	Fundamental incompleto, médio incompleto e analfabetos
Saúde/Previne	Não identificado
Coordenadora do PETI	Não respondeu

Analisando a tabela acima, podemos perceber uma predominância na baixa escolaridade identificada nos adultos do grupo familiar dessas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Essa baixa escolaridade também está ligada às ocupações precarizadas e à baixa renda dessas famílias, assim como vimos em tabelas anteriores.

Na 14 tabela, apresentam-se os Territórios/bairros de maior incidência de crianças e adolescentes no trabalho infantil no município de Mariana no período 2016-2019, conforme dados e informações fornecidos pelos questionários.

Tabela 14	
Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Territórios/bairros de maior incidência	
CRAS Cabanas	Não sabe informar
CRAS Cabanas	Rural
CRAS Colina	Não sabe informar
CRAS Distritos	Urbano
CRAS Bairros	Não possui acesso aos documentos para levantar dados
CREAS	2018 - Águas Claras e Cláudio Manoel 2019 - Rosário e os Distritos de Pedras, Mainart, Padre Viegas e Águas Claras
Conselho Tutelar	Rural
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Cabanas/Rosário
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Urbano
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Urbano
PSF Cabanas	Bairro Cabanas com maior incidência: bairros Santa Clara e Santa Rita de Cássia
CAPSij - Saúde Mental	Rural/urbano
Escola 1 - Professor	Rural
Escola 2 - Professor	Passagem de Mariana
Escola 3 - Diretor	Rural
Escola 4 - Diretor	Rural

Não sabe informar	Rural e urbano
Coordenadora do PETI	Urbano

Ao analisar os territórios com maior incidência de trabalho infantil, é possível ver que os distritos e a Zona rural aparecem com forte incidência de trabalho infantil, se destacando os distritos de Águas Claras, Cláudio Manoel, Pedras, Passagem de Mariana, Padre Viegas, seguidos dos bairros da sede Rosário, Santa Clara e Cabanas. O Trabalho Infantil está presente tanto nos territórios urbanos quanto rurais.

Avançando para a consideração da formas do trabalho infantil no município estudado, de acordo com relato fornecido por Conselheira Tutelar, são duas realidades distintas: “na sede os olhos do poder público se fazem mais presentes, sendo mais fácil detectar crianças trabalhando na rua, vendendo picolé por exemplo, e a abordagem por parte dos serviços é mais fácil, embora um encaminhamento mais efetivo da situação é demorado porque há uma confusão entre os serviços quanto à sua atuação do tipo, a quem cabe abordar e fazer o encaminhamento”.

Ainda de acordo com a Conselheira Tutelar, “há atividades visíveis e invisíveis, vender picolé é visível, traficar é invisível, e a abordagem desse tipo de atividade não pode e nem deve ser ostensiva, em função dos riscos que se corre, o que não significa que não deve ser feita, sendo necessário pensar e criar estratégias”.

Continua a Conselheira Tutelar em seus relatos: “nos distritos a possibilidade de inserção em programas sociais para mulheres e/ou adolescentes é mais limitada, na zona rural as abordagens são feitas, sobretudo, quando os adolescentes trabalham em carvoarias, sendo muito comum ver as crianças e adolescentes exercendo trabalho infantil capinando e roçando, visto com naturalidade pelas famílias que dizem preferir ver os filhos trabalhando do que traficando”.

Na tabela 15, apresentam-se as principais formas de trabalho infantil de crianças e adolescentes registradas nos questionários, conforme se vê a seguir.

Tabela 15

Determinações e expressões do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Principais formas de trabalho infantil

CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Venda de picolé, tráfico de drogas e exploração sexual
CRAS Colina	Tráfico, exploração sexual, babá, vendedor de chup-chup /picolé
CRAS Distritos	Tráfico de drogas, trabalho rural, entregador/ carregador de mercadorias, trabalho em lava jato e garimpo
CRAS Bairros	Venda de picolé, ajudante de pedreiro e faxina
CREAS	Venda de picolé, trabalho rural, comércio, tráfico de drogas, exploração sexual, trabalho doméstico e ajudante de pedreiro
CREAS	Venda de picolé, trabalho rural, comércio, tráfico de drogas, exploração sexual, trabalho doméstico e ajudante de pedreiro
Conselho Tutelar	Venda de picolé, trabalho doméstico incluindo babá, trabalho na agricultura, tráfico de drogas e exploração sexual
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Tráfico de drogas, venda de picolé, auxiliar de pedreiro
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Trabalho no campo, exploração sexual, doméstico, tráfico de drogas, babá, garimpo, atendente, vendedor de picolé, catadores de recicláveis, mediático.
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Tráfico de drogas, venda em comércio, faxina trabalho rural, exploração sexual
PSF Cabanas	Exploração sexual e tráfico
CAPSij - Saúde Mental	Vendas de doces, picolés ou chup-chup nas ruas; etc
Escola 1 - Professor	Lavouras, carvoarias, entre outros
Escola 2 - Professor	Venda de produtos na rua
Escola 3 - Diretor	Atividades domésticas, exploração sexual
Escola 4 - Diretor	Lavouras, agropecuária e nos sinais de trânsito
Saúde/Previne	Vendas de doces na rua, lavoura, trabalho doméstico, exploração sexual e tráfico de drogas

Coordenadora do PETI	Tráfico de drogas, faxina, trabalho doméstico, exploração sexual, cuidadora de crianças
----------------------	---

Ao analisar as principais formas de trabalho infantil em Mariana-MG, como podemos ver acima, entre as formas predominantes identifica-se o tráfico de drogas, a exploração sexual, trabalho doméstico, venda de picolé, trabalho na agricultura, ocupações precárias na construção civil, trabalho em garimpo e carvoaria.

Sabemos que todas as formas de trabalho infantil listados são muito danosas tanto para a saúde física quanto para a saúde mental das crianças e dos adolescentes. O tráfico de drogas, exploração sexual e outras formas de trabalho infantil estão muito presente no nosso município, podendo esses serem os reflexos da presença das mineradoras Vale e Samarco, que atuam diretamente e terceirizam seus serviços na extração do minério de ferro em nossa região, trazendo para o município migrantes de várias regiões do estado e do país, o que, como sabemos, particulariza e intensifica as expressões da questão social no município, surgindo assim esses piores tipos de trabalho infantil, como o tráfico, exploração sexual, entre outros que estão ocultos e são de difícil abordagem, e que vêm acompanhados de imensuráveis prejuízos à vida das crianças e dos adolescentes.

Portanto, ainda que as mineradoras não empreguem diretamente em suas plantas o trabalho infantil, este se faz presente num amplo conjunto de atividades econômicas produtivas e reprodutivas, como essas do trabalho doméstico, do comércio, da construção civil, do tráfico de drogas e da exploração sexual.

Na tabela 16, apresentam-se as principais causas ou determinações de trabalho infantil de crianças e adolescentes, segundo os relatos coletados nos questionários, conforme se vê a seguir.

Tabela 16	
Determinações e expressões do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Principais causas ou determinações de trabalho infantil	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Ajudar na despesa de casa

CRAS Colina	Vulnerabilidade econômica da família, questões de violência urbana ligadas ao tráfico
CRAS Distritos	Sem dados
CRAS Bairros	Baixa renda
CREAS	Naturalização do trabalho infantil executado por crianças a partir dos 12 anos e aumento da renda familiar
CREAS	Pobreza e as situações de vulnerabilidade, baixa escolaridade dos pais, questões culturais, naturalização do trabalho infantil e a informalidade
Conselho Tutelar	Naturalização do trabalho infantil vulnerabilidade socioeconômica
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Vulnerabilidade socioeconômica
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Acréscimo da renda familiar, falta de opção de atividades e políticas públicas que atendem esse público com atividades recreativas de formação
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Comprar suas próprias coisas e ajudar financeiramente a família, não sendo os únicos motivos que levam ao trabalho infantil
PSF Cabanas	Renda insuficiente da família
CAPSij - Saúde Mental	Para comprar roupas, tênis e muitas vezes celular
Escola 1 - Professor	Condição de vulnerabilidade social
Escola 2 - Professor	Renda
Escola 3 - Diretor	Obrigação impostas pela família para contribuir no sustento do lar
Escola 4 - Diretor	Não respondeu
Saúde/Previne	Não identificado
Coordenadora do PETI	Renda baixa e desigualdade salarial, vulnerabilidade social, evasão escolar e taxa de reprovação

Ao analisar as principais causas ou determinações de trabalho infantil, segundo os relatos das nossas entrevistadas, como podemos observar na tabela acima, são muitas e diversas

as causas ou determinações do trabalho infantil, sendo elas tanto de caráter material, socioeconômico, como também de caráter cultural, tendo predominância as situações de vulnerabilidade social econômica, baixa renda, pobreza, baixa escolaridade ou nenhuma, naturalização, pensamento conservador, falta de políticas eficientes e investimentos em políticas, entre outras.

A tabela 17 apresenta o resultado do questionamento acerca do possível impacto das contradições e antagonismos entre classes sociais sobre as situações de trabalho infantil, sendo o resultado apresentado a seguir.

Tabela 17	
Determinações e expressões do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG– Impacto das contradições e antagonismos entre classes sociais sobre as situações de trabalho infantil	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Sim. Desinformação da população sobre os direitos
CRAS Colina	Sim
CRAS Distritos	Sim
CRAS Bairros	Sim
CREAS	Não consegue identificar devido a região ser rica e pelo fato da naturalização do trabalho infantil
CREAS	Sim
Conselho Tutelar	Sim
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Sim
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Sim.
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Perpetuação da pobreza.
PSF Cabanas	Sim
CAPSij - Saúde Mental	Perpetuação da exposição dos filhos à situação de riscos, negligência e exploração da força de trabalho devido ao desemprego ou semi-emprego principalmente entre as mulheres chefes de família.

Escola 1 - Professor	Com certeza, pois os jovens pobres são levados logo para o trabalho mal remunerado, enquanto os filhos de classe rica estudam até a titulação avançada
Escola 2 - Professor	Sim
Escola 3 - Diretor	Sim
Escola 4 - Diretor	Não tem informações
Saúde/Previne	Podemos considerar que toda sociedade arcaica e antagônica contribui para a má construção de qualquer indivíduo, nesse caso acredita que influencia sobre tais situações
Coordenadora do PETI	Sim. O município tem seu contexto histórico da exploração de trabalho desde seu descobrimento e mineração.

Analisando a tabela, pode-se afirmar que são diversos o impacto, sendo que os entrevistados trouxeram de várias formas dessas interações, assim como colocaram entre os rebatimentos a perpetuação da pobreza, exposição dos filhos a situação de riscos, negligência e exploração da força de trabalho devido ao desemprego ou semi-emprego, principalmente entre as mulheres chefes de família e a mal remuneração em comparação aos filhos de “classe rica”, que estudam até titulações avançadas, entre outros.

A tabela 18 responde à indagação sobre possível correlação entre o aumento de casos de trabalho infantil e o rompimento da Barragem de Fundão, de acordo com as respostas obtidas nos questionários a esse respeito. O resultado é o que segue.

Tabela 18	
Determinações e expressões do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Correlação entre o aumento de casos de trabalho infantil e o rompimento da Barragem de Fundão	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Colina	Não sabe informar
CRAS Distritos	Sem dados
CRAS Bairros	Não sabe informar
CREAS	Não sabe informar

CREAS	Não teve aumento significante
Conselho Tutelar	Não tem evidência que possa afirmar
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Não
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Sim
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Não
PSF Cabanas	Não
CAPSij - Saúde Mental	Sim
Escola 1 - Professor	Não tem dados
Escola 2 - Professor	Não
Escola 3 - Diretor	Sim
Escola 4 - Diretor	Não tem informação
Saúde/Previne	Não foram identificados casos relacionados ao rompimento da barragem
Coordenadora do PETI	Não sabe informar

Ao analisar as respostas, constata-se 8 respostas onde as entrevistadas não souberam informar ou não dispunham de dados a respeito, enquanto 5 entrevistadas responderam que não há correlação, e 3 entrevistadas responderam que sim, que há correlação entre o rompimento da barragem e o aumento das situações de trabalho infantil no município.

De acordo com uma das entrevistadas houve um aumento significante de casos de trabalho infantil, assim como grande aumento de desemprego, o que foi perceptível na região do bairro Cabanas, com maior concentração populacional do município.

Tomando como referência outra entrevista foi relatada que “no primeiro ano após o rompimento da barragem de fundão, não houve entrada de casos com a denominação de trabalho infantil, porém é importante salientar que o trabalho infantil em Mariana ainda subnotificado”, afirma a entrevistada, que conclui: “não há como relacionar o aumento de casos registrados, notificados a partir de 2017 com o rompimento da Barragem”.

Na tabela 19, apresentam-se as principais consequências identificadas no trabalho infantil de crianças e adolescentes, conforme os relatos coletados, como se vê a seguir.

Tabela 19	
Determinações e expressões do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Principais consequências identificadas	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Evasão escolar, risco de morte
CRAS Colina	Atos infracionais, violência, morte, evasão escolar, vínculos familiares e sociais fragilizados/rompidos, desenvolvimento pessoal prejudicado por não viver de maneira adequada a infância e adolescência
CRAS Distritos	Sem dados
CRAS Bairros	Não desenvolvimento das atividades inerentes ao mundo infantil
CREAS	Baixa escolaridade, problemas na coluna, entre outras comorbidades
CREAS	Evasão escolar ou baixo desempenho, risco de acidente, nos casos de tráfico risco de morte, ameaça, criminalização, impactos diretos no desenvolvimento saudável e nas oportunidades de vida dos adolescentes
Conselho Tutelar	Evasão escolar
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Abandono escolar
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Envolvimentos em atos ilícitos, abandono escolar
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Evasão escolar e o aumento nos conflitos familiares e comunitários
PSF Cabanas	Evasão escolar, aumento das infecções sexualmente transmissíveis, aumento dos casos de violência sexual
CAPSij - Saúde Mental	Abandono escolar, tráfico, rompimento de vínculo com a escola
Escola 1 - Professor	Evasão escolar
Escola 2 - Professor	Baixo rendimento escolar
Escola 3 - Diretor	Prejuízos a saúde física e mental das crianças além de prejudicar o rendimento escolar
Escola 4 - Diretor	Exclusão da possibilidade de um futuro promissor

Saúde/Previne	Abandono escolar
Coordenadora do PETI	Agressões e óbitos entre adolescentes do sexo masculino, taxas de reprovação e evasão escolar

Ao analisar as principais consequências do trabalho infantil na vida das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil é possível ver que são várias as consequências que aparecem, entre as quais como evasão escolar, violência sexual, prejuízos para a saúde mental e física, exclusão de horizontes de futuro, baixo rendimento escolar, abandono escolar, risco de morte e acidentes, agressões, mortes, entre outras. Assim é possível perceber o quanto é uma política específica no município para atuar nessa demanda que cresce a cada dia e se mantém diante dos pensamentos conservadores, oculta e naturalizada.

Na tabela 20, apresentam-se as piores formas de trabalho infantil, conforme segue.

Tabela 20	
Determinações e expressões do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Piores formas de trabalho infantil	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Tráfico de drogas e exploração sexual
CRAS Colina	Tráfico e exploração sexual.
CRAS Distritos	Tráfico de drogas, garimpo e trabalho rural
CRAS Bairros	Não tem dados
CREAS	Trabalho doméstico, exploração sexual, tráfico de drogas, mineração, construção civil, venda/trabalho nas ruas e lava jato.
CREAS	Trabalho doméstico, exploração sexual, tráfico de drogas, mineração, construção civil, venda/trabalho nas ruas e lava jato.
Conselho Tutelar	Exploração sexual e tráfico de drogas
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Tráfico de drogas
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Tráfico de drogas, exploração sexual, doméstico e garimpo

Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Serviços domésticos, agricultura, comercio, construção civil e exploração sexual.
PSF Cabanas	Tráfico de drogas e exploração sexual
CAPSij - Saúde Mental	Não sabe responder
Escola 1 - Professor	Todas são negativas sendo que algumas delas colocam mais em risco a saúde da criança
Escola 2 - Professor	Comércio ambulante
Escola 3 - Diretor	Venda e tráfico de crianças e trabalho forçado
Escola 4 - Diretor	Não
Saúde/Previne	Não respondeu
Coordenadora do PETI	Tráfico de drogas, exploração sexual, trabalho rural e trabalho doméstico

Ao analisar as piores formas de trabalho infantil em Mariana-MG, podemos observar que o tráfico de drogas aparece com maior predominância, seguido de exploração sexual, trabalho rural, atividades em garimpo e mineração, entre outros.

Sabemos que todos sabemos que o trabalho infantil traz grandes consequência para a vida dessas crianças e adolescentes, e ainda sabemos que o tráfico de drogas coloca a vida dessas crianças em risco, levando muitas vezes à violência e ao óbito.

No entanto, é necessário que o governo crie políticas na prevenção, combate do trabalho infantil, combatendo a pobreza, investindo na educação, saúde, esporte e lazer dessas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.

Na sequência, adentramos o quarto e último eixo da organização, sistematização e análise dos dados coletados nos questionários, onde apresentam-se as respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil na realidade estudada, de acordo com: a) os Procedimentos e encaminhamentos realizados pelos atores da rede de atendimento e proteção a crianças e adolescentes em trabalho infantil; b) as Políticas municipais específicas; c) a Participação das famílias/membros nos serviços, programas e projetos sociais; d) a Influência do pensamento conservador; e) o Impacto de capacitações profissionais sobre os atores da rede de atendimento e proteção à infância; f) o Impacto das contradições e antagonismos entre classes sociais sobre as situações de trabalho infantil; g) a Correlação entre a pandemia da

COVID-19 e ações de combate ao trabalho infantil; h) as Principais formas de resposta e enfrentamento.

Iniciando este último eixo, seguem apresentados na tabela 21 os Procedimentos e encaminhamentos realizados pelos atores da rede de atendimento e proteção a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, sempre de acordo com as respostas das nossas entrevistadas.

Tabela 21	
Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Procedimentos e encaminhamentos realizados pelos atores da rede de atendimento e proteção à infância	
CRAS Cabanas	Encaminhamento para Rede Monitorar ou acompanhar os casos
CRAS Cabanas	Encaminhamento para o Conselho Tutelar
CRAS Colina	Encaminhamentos para o Conselho Tutelar CRAS e CREAS encaminhamento das famílias para serem inseridas em programa de formação profissional, articulação com a rede de atendimento a criança e ao adolescente
CRAS Distritos	De acordo com o fluxograma em anexo, são encaminhados para de defesa da criança e do adolescente.
CRAS Bairros	Acompanhamento familiar e notificações pertinentes
CREAS	São realizados encaminhamentos necessários como inserção da genitora ou dos adolescentes aos programas oferecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania
CREAS	São realizados encaminhamentos necessários como inserção da genitora ou dos adolescentes aos programas oferecidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania
Conselho Tutelar	Orientação aos pais ou responsáveis, encaminhamento ao CREAS e no último caso há necessidade de encaminhar para o Ministério Público

Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Conselho tutelar
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Notificação ao Conselho Tutelar, CRAS e CREAS
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Encaminhado ao Conselho Tutelar que vai repassar para a rede Socioassistencial (CRAS e CREAS)
PSF Cabanas	Conselho Tutelar, CREAS e discussão em rede
CAPSij - Saúde Mental	Matrícula na escola, inserção em programas de convivência, inserção da mãe em programas social, encaminhamentos para o CRAS e a inserção da família no serviço de fortalecimento o de vínculos e a fiscalização Conselho Tutelar acerca da frequência escolar
Escola 1 - Professor	Conselho Tutelar
Escola 2 - Professor	Conselho Tutelar
Escola 3 - Diretor	Denúncias através do Disque 100 e aciona o Conselho Tutelar
Escola 4 - Diretor	Conselho Tutelares e informa a SEMED
Saúde/Previne	SEDESC/Saúde para acompanhamento médico
Coordenadora do PETI	Conselho Tutelar

Analisando a tabela acima, observa-se um amplo conjunto de procedimentos, encaminhamentos e fluxos realizados pelos atores da rede de atendimento e proteção à infância, o que demonstra a grande importância do trabalho articulado em rede para o bom funcionamento dos serviços.

No caso específico do trabalho infantil, o Conselho Tutelar é uma das portas primárias do sistema de proteção e garantia de direitos, sendo que, após identificados os casos de trabalho infantil, o mesmo encaminhará para o CREAS fazer o acompanhamento da situação. O CREAS fica então responsável por encaminhar essas crianças e adolescentes/famílias para inclusão nos programas, projetos e políticas municipais e do governo. É nesse momento que as políticas públicas serão importantes na vida dessas famílias/crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Ainda temos muito que avançar dentro das nossas políticas públicas de garantias de direitos para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no município.

A tabela 22 traz as respostas à pergunta sobre a existência de políticas municipais específicas, em resposta ao fenômeno do trabalho infantil.

Tabela 22	
Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Políticas municipais específicas	
CRAS Cabanas	PETI
CRAS Cabanas	Específica não
CRAS Colina	Sim
CRAS Distritos	Não
CRAS Bairros	PETI
CREAS	PETI
CREAS	Não
Conselho Tutelar	PETI
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Tem sido realizado curso de capacitação para identificação e combate as formas de trabalho infantil
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Não
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Não
PSF Cabanas	Não conhece
CAPSij - Saúde Mental	Não
Escola 1 - Professor	Ações constantes da Secretaria Municipal de Educação
Escola 2 - Professor	Sim
Escola 3 - Diretor	Sim
Escola 4 - Diretor	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Busca ativa
Saúde/Previne	PETI
Coordenadora do PETI	Específica não. Mas realiza as ações através do PETI

Analisando os dados obtidos, observa-se que praticamente todos os entrevistados reconhecem no município o PETI como política pública. Porém assim como já foi falado

anteriormente, em Mariana não há nenhuma política específica para a prevenção e combate ao trabalho infantil, sendo que o PETI não está ainda instituído como política específica para a prevenção e combate ao trabalho infantil.

O trabalho infantil em Mariana só passa a ser discutido/debatido na SEDESC após o rompimento da Barragem de Fundão, quando a empresa Vale afirma o TAC (Termo de Ajuste de Conduta) firmado entre o Ministério Público e o Município de Mariana-MG, então a partir daí começa o PETI e suas ações acontecem através do TAC.

Vale lembrar que já foram realizadas várias ações de prevenção e combate ao trabalho infantil, como busca ativa, cursos de capacitação, campanhas de conscientização, porém, devido a pandemia muitas dessas atuações não têm acontecido e outras acontecem de forma remotas assim como as capacitações.

Por outro lado, um exemplo claro dos limites dessas pactuações e TACs, muitas vezes cooptados pela própria mineradora, pode ser localizado numa pesquisa diagnóstico da situação do trabalho infantil em Mariana, quando foi contratada uma empresa de um estado de Santa Catarina para fazer esse diagnóstico, resultando num material muito pobre e de pouca serventia.

Prosseguindo, na tabela 23, apresentam-se a participação das famílias/membros do universo da nossa pesquisa nos serviços, programas e projetos sociais, conforme se vê a seguir.

Tabela 23	
Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Participação das famílias/membros nos serviços, programas e projetos sociais	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Boa participação em programas
CRAS Colina	336 famílias/ PAEFI
CRAS Distritos	Sem dados
CRAS Bairros	Não possui dados
CREAS	Não respondeu
CREAS	Não respondeu
Conselho Tutelar	Não tem informações

Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Boa adesão aos programas, projetos e benefícios sociais e governamentais
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Nas piores formas vê-se em programas e benefícios, nos demais quase nenhum
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Não sabe responder
PSF Cabanas	Não sabe responder
CAPSij - Saúde Mental	Quando bem acompanhada sua participação é boa
Escola 1 – Professor	Não tem informação
Escola 2 – Professor	Não sabe responder
Escola 3 – Diretor	Acesso aos benefícios sociais governamentais
Escola 4 – Diretor	Programas do governo
Saúde /Previne	Não respondeu
Coordenadora do PETI	Não respondeu

Embora muitas entrevistadas não responderam ou não souberam responder, o que pode estar ligado à insuficiência de respostas políticas institucionais efetivas, percebe-se que há adesão das famílias quando são disponibilizados serviços, programas e projetos a essa população.

Na tabela 23, apresentam-se as respostas à pergunta sobre possível influência do pensamento conservador no trabalho infantil, conforme se vê a seguir.

Tabela 24	
Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Influência do pensamento conservador	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	sim
CRAS Colina	Sim
CRAS Distritos	Sim
CRAS Bairros	Sim
CREAS	Sim

CREAS	Sim
Conselho Tutelar	Sim
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Sim
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Sim
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Sim
PSF Cabanas	Sim
CAPSij - Saúde Mental	Sim
Escola 1 – Professor	Sim
Escola 2 – Professor	Sim
Escola 3 – Diretor	Sim
Escola 4 – Diretor	Sim
Saúde/Previne	Não identificou
Coordenadora do PETI	Não sabe informar/não compreendeu a pergunta

Ao analisar as respostas, é possível observar predominância absoluta da identificação da influência do pensamento conservador⁶ nas respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil, sendo possível ver que todos os entrevistados acreditam ou já vivenciaram casos de influência do pensamento conservador⁷. Essa realidade é muito comum e deparamos o tempo todo com esse tipo de comportamento que é possível identificar até mesmo na atuação profissional de assistentes sociais.

⁶ O conservadorismo é uma forma de pensar e agir que resiste a mudanças nas esferas política, social, econômica, cultural, etc., portanto, que visa manter uma dada ordem social. E, mais do que isso, ser conservador é defender essa ordem tendo por referência valores tradicionais como a ordem, a hierarquia, o autoritarismo, etc. EXPRESSÕES DO CONSERVADORISMO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO COM FAMÍLIAS NA ASSISTENCIA SOCIAL Amanda Eufrasio 1.

⁷ Sobre essa cultura conservadora, Matéria recentemente divulgada pelo Estado de Minas mostra que após a vitória da competidora Rayssa Leal de 13 anos, o Deputado Federal Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) vai à rede social para apoiar o trabalho infantil e pedir mudanças no Artigo da Constituição Federal que normatiza o trabalho infantil. Esse tipo de comportamento nunca deveria acontecer, pois sabemos o quanto é difícil o combate ao trabalho infantil e essas falas muitas vezes reforçam o pensamento conservador dificultando o serviço de prevenção e combate ao trabalho infantil.

Na tabela 25, apresentam-se os impactos de capacitações profissionais sobre os atores da rede de atendimento e proteção à infância, conforme se vê a seguir.

Tabela 25	
Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Impacto de capacitações profissionais sobre os atores da rede de atendimento e proteção à infância	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Sim. Mas tem que ser continuada
CRAS Colina	Sim. Positivo
CRAS Distritos	Precária quanto a capacitação para atender a área rural
CRAS Bairros	Positivo
CREAS	Sim. Impactos positivos
CREAS	Positivo com a necessidade de ser contínuo
Conselho Tutelar	Sim. Positivo
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Sim. Positivo
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Nesse período as matérias do governo tiveram um impacto positivo. Nas capacitações não foram devidos ter tido como referências outros municípios, mas vem mudando um pouco e avançando para o nosso município e tratando das questões locais.
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Acredita que os impactos são positivos, porém acredita que faltam políticas públicas capazes de fazer a diferença na vida de crianças e adolescentes como transferência de renda com maior valor e ampliar o apoio às empresas para uma aprendizagem segura
PSF Cabanas	Não acredita que tem um impacto muito positivo
CAPSij - Saúde Mental	Os impactos são positivos e capazes de mostrar outros caminhos e outras possibilidades na atuação, portanto tem que partir de cada um o interesse em se

	capacitar, estudar, pesquisar e se aprimorar de alguma forma.
Escola 1 - Professor	Apenas nas redes de proteção à infância, pois muitas vezes essas informações não chegam nas escolas
Escola 2 - Professor	Sim. Positivo
Escola 3 - Diretor	Os materiais contribuem, mas não são suficientes para o combate ao trabalho infantil
Escola 4 - Diretor	Sim. Positivo
Saúde/Previne	São de grande auxílio, mas é importante ressaltar que a atuação profissional para fortalecer as políticas e colocar em prática ações que fornecem esse serviço é essencial.
Coordenadora do PETI	Atendem, mas não há uma divulgação ampla dos materiais para conhecimento dos profissionais e população. O município busca anualmente capacitar seus profissionais para a referida temática. Realiza campanhas mensais de conscientização da população quanto ao combate do trabalho infantil.

Analisando as respostas, a maioria dos entrevistados demonstram que as capacitações são importantes e os impactos são na maioria das vezes positivos, porém, outros dizem que ainda tem muito que melhorar em função da capacitação voltada a atender as demandas das áreas rurais. Outros dizem que são positivas, mas que há uma necessidade de elas serem contínuas, enquanto outros dizem que elas trazem impactos positivos apenas para a demanda da proteção à infância por não chegar até as escolas.

A esse respeito, pode-se considerar que as capacitações são de extrema importância, penso que o município deve dar oportunidade para os seus servidores estudarem e se qualificarem, pois, isso gera um impacto positivo, a busca pela capacitação e formação tem que ser contínua, e suas capacitações têm que ser pensadas para atender em um modo geral toda a rede e todos os funcionários que se interessarem pela capacitação, além de elaborar capacitações voltadas para todos os serviços, principalmente para os programas e projetos.

Na tabela 26, apresentam-se as repostas sobre a indagação de uma possível correlação entre a pandemia da COVID-19 e a incidência trabalho infantil, conforme se vê a seguir.

Tabela 26	
Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Correlação entre a pandemia da COVID-19 e a incidência trabalho infantil	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	sim
CRAS Colina	Sim
CRAS Distritos	Não
CRAS Bairros	Sim
CREAS	Não
CREAS	Sim
Conselho Tutelar	Sim
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Sim
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Sim em relação ao surgimento de novos casos
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	A pandemia está contribuindo para que os casos de trabalho infantil fiquem ainda mais distantes
PSF Cabanas	Surgiram em maior proporção
CAPSij - Saúde Mental	Não acredita, pois já se constituía em uma situação complicada antes da pandemia
Escola 1 - Professor	Não sabe responder
Escola 2 - Professor	Sim
Escola 3 - Diretor	Sim
Escola 4 - Diretor	Não
Saúde/Previne	Não foi possível identificar
Coordenadora do PETI	Não sabe informar

A resposta registrada mostra uma clara correlação entre a pandemia da COVID-19 e a intensificação da incidência de trabalho infantil, onde uma das entrevistadas afirma que “é possível perceber que a pandemia da Covid-19 tem contribuído no surgimento de novos casos, e ainda tem ocorrido em maior proporção, contribuindo de certa forma para que os casos de

trabalho infantil fiquem ainda mais distantes dos nossos olhares. Contudo, é importante pensar estratégias e políticas públicas no combate e prevenção desses casos”. Em menor número estão os que responderam que não acreditam nesta correlação, enquanto outros não souberam responder.

Na tabela 27, apresentam-se as respostas à indagação sobre possível correlação entre a pandemia da COVID-19 ações de combate ao trabalho infantil, conforme se vê a seguir.

Tabela 27	
Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Correlação entre a pandemia da COVID-19 e ações de combate ao trabalho infantil	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Sim
CRAS Colina	Participação do PETI no comprometimento das ações
CRAS Distritos	Nenhum projeto
CRAS Bairros	Projetos de conscientização
CREAS	Foram pensadas campanhas de enfrentamentos ao trabalho infantil virtuais fora isso não teve nenhuma ação específica
CREAS	Não dispõem de ações coletivas em espaços abertos
Conselho Tutelar	Ações de enfrentamento ao trabalho infantil através do TAC.
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Formas já citadas anteriormente
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Estruturar os serviços sim. Projetos não aconteceram nenhum.
Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Antes da situação - prevenção dessas situações através da sensibilização e do atendimento da rede intersetorial (Assistência Social, Conselho Tutelar e Educação); Durante a situação - Priorizar efetivamente as famílias de baixa renda nos programas sociais;

	Após a situação - alinhar necessidades e demandas criar condições para que o adolescente consiga ter renda e paralelamente capacitar e prepará-lo para o mercado de trabalho. No caso das crianças, incluí-las num centro de referência com atividades de seu interesse
PSF Cabanas	Não respondeu
CAPSij - Saúde Mental	Não respondeu
Escola 1 - Professor	A disseminação do conhecimento sobre os malefícios do trabalho infantil por meio das escolas e das mídias, não só na sede como nos distritos
Escola 2 - Professor	Inclusão nos projetos sociais de assistência e formação que garanta sua autonomia
Escola 3 - Diretor	Sugere que o trabalho em Rede seja de forma mais eficaz para conscientização da população e um trabalho que possa ser mais eficiente e resolver a questão que chegam ao conhecimento dos órgãos públicos. O Governo criar políticas públicas que contribuam para diminuir a desigualdade social
Escola 4 - Diretor	Apoio familiar, auxílio e participação direta dos órgãos competentes
Saúde/Previne	Durante a pandemia , não houve nenhuma continuidade de trabalho para esse público
Coordenadora do PETI	Nenhuma ação nova foi criada devido a pandemia, mas segue com a realização das ações do PETI, intensificação das mídias e conscientização da população e acompanhamento sistemático dos serviços

Analisando os dados, constata-se que os entrevistados responderam que foram realizadas várias ações do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), porém devido a pandemia nenhuma ação nova foi criada, mas houve intensificação de trabalhos junto às mídias e redes sociais, conscientização da população, acompanhamento sistemático dos serviços, apoio aos familiares, e foram pensados também auxílios municipais e participação direta dos órgãos públicos, entre outras respostas registradas.

Na tabela 28, apresentam-se as principais formas de resposta e enfrentamento das situações no trabalho infantil identificadas, conforme se vê a seguir.

Tabela 28	
Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil no período 2016-2019 em Mariana-MG – Principais formas de resposta e enfrentamento	
CRAS Cabanas	Não respondeu
CRAS Cabanas	Capacitação, articulação com a rede socioassistencial, inclusão em programas, projetos e benefícios, e demais encaminhamentos que fizerem necessário dentro dos prazos estabelecidos
CRAS Colina	Prevenção, acesso a renda e educação
CRAS Distritos	Melhoria do trabalho em rede, ampliação do acesso a política social voltada às famílias em situação de vulnerabilidade social
CRAS Bairros	Autonomia das famílias
CREAS	Políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes e juventude
CREAS	Interesse e investimentos do poder executivo, mobilização de todas as políticas setoriais e um processo contínuo de conscientização da sociedade.
Conselho Tutelar	Elaboração de políticas públicas em todas as áreas que atendem criança e adolescentes, (saúde, educação, esporte assistência social, etc.) não só voltadas para o combate ao trabalho infantil, mas também na formação deste público como sujeito de direito em sua plenitude.
Unidade de Acolhimento Criança e Adolescente	Olhar e pensar com mais seriedade as questões pertinentes as políticas da infância e juventude.
Conselhos Municipais / Secretária Executiva	Criação de um serviço e equipe específica que atendam essa demanda tendo em mãos como linha de orientação o estudo da realidade social, cultural e histórica do município. Mudanças nas Leis e avançar muito quanto ao olhar conservador em todas as áreas de gestão, fiscalização e de direitos

Vigilância Socioassistencial/ SEDESC	Não respondeu
PSF Cabanas	Ampla discussão na rede Interprofissional
CAPSij - Saúde Mental	Diálogo entre os diversos setores com atribuições e papéis bem definidos acerca da atuação de cada serviço para evitar o jogo de empurra prejudicando o usuário, comunicação clara entre os serviços.
Escola 1 - Professor	A disseminação do conhecimento sobre os malefícios do trabalho infantil, por meio das escolas e das mídias, não só na sede, mas também como nos distritos.
Escola 2 - Professor	Não respondeu
Escola 3 - Diretor	Não respondeu
Escola 4 - Diretor	Não respondeu
Saúde/Previne	Criação de políticas públicas voltada para esse grupo, que sejam fortalecidas pelos responsáveis e engajadas por vários setores públicos
Coordenadora do PETI	Equipe especializada para desenvolver as ações e projetos. Estruturação do PETI em um programa municipal

Analisando a tabela acima, foram diversas as formas de respostas e enfrentamento apontadas pelos entrevistados, assim como foram feitas muitas sugestões de enfrentamentos como discussão em rede, disseminação do conhecimento, criação de políticas públicas específicas, equipe especializada para desenvolver as ações e projetos, estruturação do PETI em programa municipal, entre várias outras.

Concluída a análise dos quatro grandes eixos em torno dos quais a pesquisa de campo foi estruturada, sistematizada e apresentada, partiremos para nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolher o tema para a monografia, optei por investigar as determinações e expressões do trabalho infantil em Mariana-MG no período 2016-2019, pois percebo que esse é um tema ainda pouco discutido diante da urgência em compreender como os impactos históricos das estruturas produtivas das grandes mineradoras Vale e Samarco, sobre as forças de trabalho incluídas as condições de vida na infância, parece concorrer e convergir também para as formas de precarização da vida na infância, no que refere a exploração do trabalho infantil nessa fase da vida, ocasionando a violação dos direitos destas pessoas.

Mesmo diante dessa realidade, o tema em questão passa somente a obter ênfase e em Mariana-MG após o rompimento da Barragem de Fundão por meio do Termo de Ajuste de Conduta-TAC assinado entre o Ministério Público do Trabalho da 3ª região (TAC-133/2017) Ministério do Trabalho-MPT/PRT3 com ações e compromissos de desenvolvimento e estratégias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil assinado pelo MP - Ministério Público, Prefeitura Municipal de Mariana -MG e a Vale S.A em acordo judicial afirmado pelo TAC, porém, essa não é uma política específica e instituída para o combate e prevenção do trabalho infantil em Mariana-MG.

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, realizei revisão bibliográfica, mediante a utilização de instrumentos como fichas de leitura e análise, produção de esquemas, resumos e sínteses. Foi realizado também pesquisa de campo mediante a realização de entrevistas semiestruturadas, dirigidas a atores da rede de proteção da Criança e do Adolescente onde tive a compreensão dos desafios/dificuldades para chegar ao trabalho infantil.

Buscamos compreender e analisar os fundamentos do MPC: mais-valia e acumulação capitalista /capitalismo monopolista e imperialismo os impactos do capitalismo na vida da sociedade gerando o desemprego, a precarização do trabalho, o exército industrial de reserva que caracterizam a situação de realidade concreta vivenciadas por essas crianças e adolescentes inseridas no trabalho infantil no contexto capitalista vigente em nossa sociedade.

Tais situações que se encontram essas crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil estão diretamente ligadas à questão do capitalismo, pois é evidente que a precarização do trabalho, a apropriação da riqueza produzida socialmente leva ao empobrecimento daqueles que os produzem, exploração do trabalho sendo essas as expressões da lei geral da acumulação capitalista, da acumulação capitalista, tudo isso vai contribuir para a situação do trabalho

infantil. A questão social está diretamente relacionada a contradição entre capital e trabalho tendo como consequência a fome, miséria, o desemprego, sendo tudo isso reflexo da concentração da riqueza e acumulação do capital.

Contudo, percebi diante do exposto, uma necessidade em efetivação e criação de políticas públicas específicas para atender a demanda do trabalho infantil minimizando os impactos causados pelas mineradoras no município, capacitações campanhas de conscientização e parcerias entre os serviços.

Enfim, ao finalizar este trabalho, concluo que foi de grande aprendizagem e crescimento pessoal estudar autores que nos levam a entender a diversidade da questão social, os impactos que o capitalismo causam na vida da sociedade, me fez entender o processo sofrido por milhares de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, perdendo sua infância e as oportunidade de um futuro promissor, e que mesmo diante das leis de proteção tem seus direitos violados, então entendo que temos muito ainda que avançar dentro das políticas de garantias dos direitos, embora haja ainda muito a ser feito para que essas crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS. A Produção do Conhecimento e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995. (Cadernos Abess n. 5).

BEHRING, R. O., Boschetti, I., Miotto, R. C. T., Santos, S. M. M. Capitalismo em crise/Política social e direitos: Crise do capital, fundo público e valor. Cortez Editora.

CASTILHOS, Z. *et. al.* Trabalho familiar no artesanato de pedra sabão - Ouro Preto, Brasil. P. 168. In: Gênero e trabalho infantil na pequena mineração: Brasil, Peru, Argentina, Bolívia/ Org. Zuleica C. Castilhos, Moaria Helena R. Lima, Nuria F. Castro. – Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006.

COMPOSTO, Cláudia; NAVARRO, Mina. Estados, transnacionales extractivas y comunidades movilizadas: dominación y resistencias em torno de laminería a gran escala em America Latina. Revista Theomai, n. 25, 2012.

FERNANDES, F. R. C. Responsabilidade sócio-ambiental e trabalho infantil na mineração. In: Gênero e trabalho infantil na pequena mineração: Brasil, Peru, Argentina, Bolívia/ Org. Zuleica C. Castilhos, Maria Helena R. Lima, Nuria F. Castro. - Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 6ª. ed. São Paulo: Cortez; Lima-Peru: Celats, 1988.

MARX, Karl, 1818-1883. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx;(tradução de Rubens Enderle). – São Paulo: Boitempo, 2013. p. 339-340, 714, 716-718, 786 – 787. (Marx-Engels).

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, E. et al. *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. Economia Política: Uma introdução crítica: Cortez 2006.

PARDO, JAVIER. Testemunho: novos colonialismos na América do Sul e na África. Nueva Sociedad No 237, enero-febrero de 2012, ISSN: 0251-3552, <www.nuso.org>.

PINSKY, J. Pinsky, C. B. Paul, S. História da Cidadania: Direitos Sociais. A cidadania para todos. 6. Ed. São Paulo. Contexto. 2015.

PNAD CONTÍNUA.Trabalho infantil de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016-2019.IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimentos. Rio de Janeiro:IBGE,2020 Disponível

em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101777>
[Consultado em 12/02/21].

ROCHA, M. H. M; TEIXEIRA, N. O trabalho infantil em cadeias produtivas de base mineral. Gênero e trabalho infantil na pequena mineração: Brasil, Peru, Argentina, Bolívia/ Org. Zuleica C. Castilhos, Maria Helena R. Lima, Nuria F. Castro. - Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006.

SEOANI, José. Neoliberalismo y ofensiva extractivista. Actualidad de la acumulación por despojo, desafios de Nuestra América. Revista Theomai, n. 26, 2012. Texto complementar: Crise do capital, extrativismo, expropriação e lutas sociais na América Latina.

VELÁSQUEZ, Javier Fernando Villamil. Consolidación de la gran minería transnacional en latino américa. Revista Theomai, n. 25, 2012.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei Federal**, v. 8, 1990.

Brasília, agosto de 2010. Pg 13-33.<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-...>

ANEXOS

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Pesquisa: Determinações e expressões do trabalho infantil em Mariana-MG no período 2016-2019

Pesquisador principal: Dr. Marlon Garcia da Silva

Estudante pesquisadora: Lilian Silva

I. Dados do entrevistado

1. Nome (será preservada a identidade do entrevistado. Apenas a pesquisadora terá acesso a esta informação para fins de organização do material coletado):

2. Idade:

3- Sexo: F() M()

4. Escolaridade:

4.1. Se tiver formação superior. Qual é a área da formação?

5. Área/ Serviço/ Atuação junto ao público da pesquisa/ crianças e adolescentes:

II. Sobre o perfil social do público-alvo da pesquisa

1. Quantas Crianças e adolescentes foram identificadas no trabalho infantil no período de 2016 à 2019 em Mariana-MG? (Caso não seja possível identificar com precisão esse número, dimensione, a partir das suas experiências de atuação, esse quantitativo).

2. Quantas Crianças e Adolescentes do sexo masculino? (Caso não seja possível identificar com precisão esse número, dimensione, a partir das suas experiências de atuação, a predominância de gênero).

3. Quantas Crianças e Adolescentes do sexo feminino? (Caso não seja possível identificar com precisão esse número, dimensione, a partir das suas experiências de atuação, a predominância de gênero).
4. Qual a idade dessas crianças e adolescentes? (Caso não seja possível identificar com precisão as idades, dimensione, a partir das suas experiências de atuação, a predominância de grupos etários).
5. É possível identificar prevalência de perfis de classe social em situação de trabalho infantil?
6. É possível identificar prevalência de perfis étnico raciais em situação de trabalho infantil?
7. É possível identificar prevalência de perfis de gênero nos/as adultos/as arrimo de família?
8. Qual o perfil da renda per capita dessas famílias/membros com identificação de casos?
9. Quais ocupações e atividades econômicas principais realizadas pelos adultos dessas famílias?
10. Qual o perfil do grau de escolaridade dessas famílias?
11. De acordo com a identificação dos casos, quais os territórios/bairros de maior incidência? Rurais ou Urbanos?

III. Determinações e expressões do trabalho infantil

1. Quais as principais formas de trabalho infantil você identifica em Mariana-MG no período delimitado na presente pesquisa?
2. Quais as principais causas ou determinações levaram essas crianças e adolescentes ao trabalho infantil?
3. É possível identificar ou perceber o aumento de casos de trabalho infantil relacionado ao rompimento da Barragem de Fundão e a Mineração em Mariana-MG?
4. Quais são as principais consequências identificadas nos casos do trabalho infantil?
5. Foram identificadas as “piores formas de trabalho infantil” considerando a lista TIP?
Se sim. Quais?

IV. Respostas político-institucionais ao fenômeno do trabalho infantil

1. Após identificação do trabalho infantil quais são os procedimentos e encaminhamentos realizados?

2. Temos algum tipo de política específica municipal para intervenção no trabalho infantil?

Se sim: Qual? Quais suas potencialidades de suas debilidades?

3. Qual é o índice de participação das famílias/membros nos serviços, programas e projetos sociais, acesso a benefícios sociais governamentais?

4. Você acredita ou já vivenciou na atuação profissional de identificação de casos de trabalho infantil a influência do pensamento conservador?

5. Enquanto profissional atuante, você acredita que as capacitações e materiais fornecidos pelo Governo, Estado e Municípios são capazes de ajudar na orientação profissional para atender tais demandas?

6. Você acredita que as contradições e antagonismos entre classes sociais na nossa região influencia e repercute sobre as situações de trabalho infantil em geral: E sobre as piores formas de trabalho infantil reconhecido pela lista TIP?

7. Durante a pandemia da COVID-19 foi possível identificar algum tipo de trabalho infantil no município ou pensar/ estruturar algum projeto ou serviço?

8. Que forma de reposta principal você identifica/ sugere para enfrentamento do trabalho infantil?

ANEXO 2

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O tema da pesquisa é: Determinações e expressões do trabalho infantil em Mariana-MG no período 2016-2019. São objetivos da pesquisa:

- Apreender determinações e expressões principais do fenômeno do trabalho infantil no município de Mariana-MG no período 2016-2019.
- Identificar as formas principais de incidência (ou tipo de atividades) do trabalho infantil no município de Mariana-MG no período 2016-2019.
- Identificar as localidades principais de incidência do trabalho infantil no município de Mariana-MG no período 2016-2019.
- Identificar o perfil das crianças e adolescentes submetidos a situação de trabalho infantil, nomeadamente, no que diz respeito a idade, sexo, escolaridade, perfil étnico-racial, situação socioeconômica familiar, incidência de TIP (piores formas de trabalho infantil), jornadas de trabalho, participação em serviços, programas e projetos sociais, acesso a benefícios sociais governamentais.
- Refletir e discutir formas de enfrentamento da problemática.

Sua participação nesta pesquisa será através de respostas às perguntas realizadas por meio de aplicação de uma entrevista semiestruturada, para conhecermos a sua opinião.

1- Sua participação não é obrigatória, portanto a qualquer momento você poderá desistir de participar, sem nenhum prejuízo.

2- A sua identidade não será revelada, e suas informações pessoais ficarão em segredo conforme a resolução do CNS nº 510/16.

3- A pesquisa em questão não oferece riscos maiores aos envolvidos do que os existentes na vida cotidiana e respeita os princípios éticos das pesquisas em ciências humanas e sociais conforme resolução 510 CONEP.

4- A sua participação no projeto contribuirá para a produção de conhecimento sobre a realidade do trabalho infantil no município de Mariana-MG.

5- A realização dos procedimentos e a utilização dos dados da presente pesquisa serão utilizadas para fins didáticos, pesquisa acadêmica e de divulgação científicas, onde o sigilo e privacidade dos envolvidos e o acesso ao resultado da pesquisa serão primordialmente garantidos.

6- Você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida sobre o procedimento utilizado, possíveis riscos e benefícios relacionados à pesquisa de acordo com as normas das legislações vigentes.

7- Informamos também que o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), (grupo de profissionais que avaliam as condições éticas das pesquisas e que buscam garantir os direitos dos participantes) pode ser consultado para esclarecimentos de questões éticas via telefone: (31) 3559-1368, (31) 3559-1368 e mails: <http://comitedeetica.ufop.br/>, cep@propp.ufop.br, cep.propp@ufop.edu.br.

8- Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone do pesquisador principal e do Professor Orientador dessa pesquisa, podendo esclarecer suas dúvidas sobre sua participação a qualquer momento.

O responsável pela guarda dos dados por período de 05 anos será a professora orientadora. O material ficará arquivado em pasta lacrada em armário com chave.

Obrigada por sua colaboração.

Estudante responsável pela pesquisa

Lilian da Silva Cunha

Email- lilian.silva63@yahoo.com.br

Telefone- (31) 99696-4060

Professor Orientador

Prof. Dr. Marlon Garcia da Silva

Email- marlon.silva@ufop.edu.br

Telefone- (31) 99259-7007

Departamento de Serviço Social – DESSO Fone: (31) 3558-2275/ Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA Fone: (31) 3557-3835 ICSA, Rua do Catete nº 166, Centro – Mariana-MG CEP: 35420-000. E-mail Geral: diretoria@icsa.ufop.br Site: www.icsa.ufop.br.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar, sob a autorização de um representante legal. Declaro também que recebi uma cópia deste termo de assentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ter e esclarecer as minhas dúvidas.

Ouro Preto- MG _____ de _____ de 2019

Entrevistado